

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

LARISSA MYRELLA DOS SANTOS

**A dinâmica institucional inerente à produção artesanal do
fermentado de jabuticaba, no semiárido alagoano**

Maceió - AL

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

LARISSA MYRELLA DOS SANTOS

A dinâmica institucional inerente à produção artesanal do fermentado de jabuticaba, no semiárido alagoano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de grau no curso de Administração sob orientação do Prof. Dr. Carlos Everaldo Silva da Costa.

Maceió - AL

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237d Santos, Larissa Myrella dos.

A dinâmica institucional inerente à produção artesanal do fermentado de jabuticaba, no semiárido alagoano / Larissa Myrella dos Santos. – 2023.
44 f. : il.

Orientadora: Carlos Everaldo Silva Da Costa.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Administração) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 41-44.

1. Relações institucionais. 2. Lógicas institucionais. 3. Semiárido Alagoano. I. Título.

CDU: 658(813.5)

LARISSA MYRELLA DOS SANTOS

A dinâmica institucional inerente à produção artesanal do fermentado de jabuticaba, no semiárido alagoano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de grau no curso de Administração sob orientação do Prof. Dr. Carlos Everaldo Silva da Costa.

BANCA EXAMINADORA

Carlos Everaldo Silva da Costa

Jones Santos Ferro

Lilian Gabriela Pontes Rolim

Morgana Maria Machado Moura

Resumo

O semiárido é um espaço dinâmico quando se trata dos atores institucionais participantes e, na busca por uma contribuição científica sobre isto, a partir da área do conhecimento Administração, este estudo objetiva interpretar a dinâmica institucional inerente à produção artesanal do fermentado de jabuticaba, no semiárido alagoano. O olhar teórico é o da teoria institucional, especificamente por meio das abordagens lógicas e, por conseguinte, das relações institucionais. Em seu delineamento metodológico, por ser de abordagem qualitativa e do tipo descritivo-interpretativo, foram coletados dados primários a partir de entrevistas semi-estruturadas, conversas informais e observação direta e participante com agricultores - integrantes de uma cooperativa - envolvidos no processo de cultivo e produção deste fermentado. Para a interpretação dos dados, em sua proposta indutiva, foi utilizado o método Pesquisa-Ação (PA). Como resultados, os agricultores, integrantes da lógica comunidade, desde 2017, legitimam um processo de relação institucional de aproximação com a lógica do Estado, especialmente com a Universidade Federal de Alagoas, a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) e com a lógica do Mercado, por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Palavras-chave: Relações Institucionais, Lógicas Institucionais, Semiárido Alagoano.

ABSTRACT

The semi-arid region is a heterogeneous space involving various institutional actors, as well as a wealth of unique structural and symbolic aspects. In this contribution, we aim to interpret, from the perspective of institutional relationships, the artisanal production of jabuticaba fermented drink in the semi-arid region of Alagoas. The theoretical framework employed is institutional theory, drawing upon logical approaches and institutional relationships. In our methodological approach, which is qualitative and descriptive-interpretative in nature, primary data was collected through semi-structured interviews, informal conversations, and direct participant observation with farmers involved in the cultivation and production of the fermented drink. For analysis, we used the Inductive Research-Action (IRA) method. The results show that since 2017, farmers have been legitimizing a process of institutional collaboration, particularly with the Federal University of Alagoas, the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA), and the Brazilian Micro and Small Business Support Service (SEBRAE).

Keywords: Institutionalism, Institutional Relations, Institutional Logics, Semi-arid Alagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O semiárido alagoano.....	07
Figura 2 - Visão espacial da Serra das Pias.....	08
Figura 3 - Jabuticabeira em Serra das Pias.....	08
Figura 4 - Cisterna calçadão da Comunidade.....	09
Figura 5 - Estrutura das relações institucionais.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da fundamentação teórica sobre teoria institucional.....	13
Quadro 2 - Síntese da fundamentação teórica sobre relações institucionais...15	
Quadro 3 - Fases e teoria da Pesquisa-Ação.....	17
Quadro 4 - Teoria e Prática da Pesquisa-Ação.....	18
Quadro 5 - Síntese da fundamentação sobre lógicas institucionais.....	23
Quadro 6 - Síntese da fundamentação sobre relações institucionais.....	30

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	7
1.1	Justificativa.....	10
1.2	Objetivos.....	10
2.	Fundamentação teórica.....	11
2.1	As lógicas Institucionais.....	11
2.2	As relações Institucionais.....	14
3.	Metodologia.....	16
4.	Discussão dos dados.....	17
4.1	Operacionalização da pesquisa-ação.....	18
4.2	Descrição-interpretação das lógicas institucionais vinculadas ao locus....	20
4.2.1	Muito percebido.....	25
4.2.2	Pouco percebido.....	28
4.3	Descrição-interpretação das relações institucionais vinculadas ao locus..	29
4.3.1	- Muito percebido.....	32
4.3.2	- Pouco percebido.....	36
4.3.3	- Não percebido.....	37
5.	Considerações Finais.....	39
6.	Referências.....	41

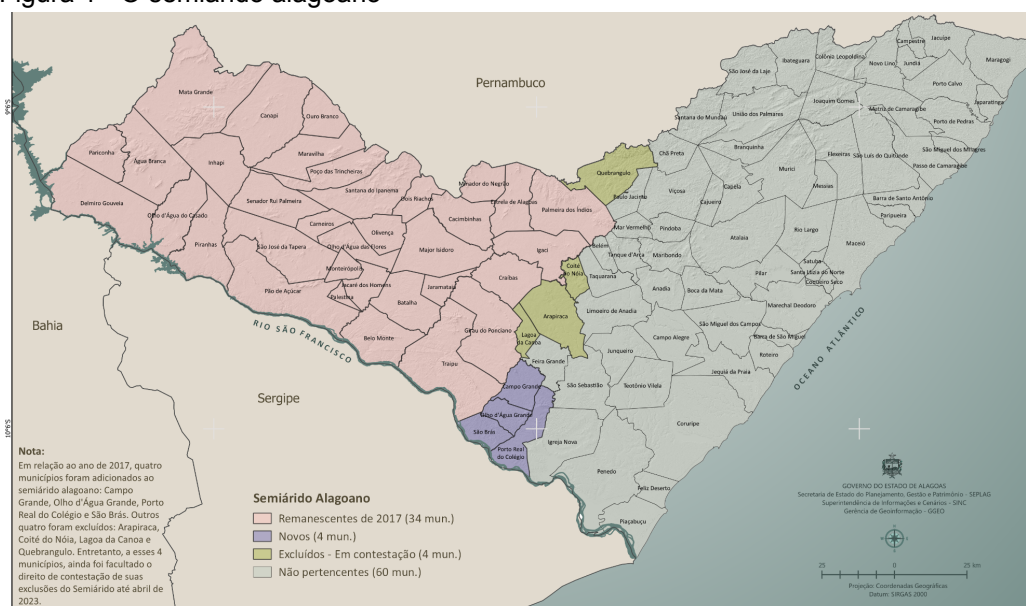
1. Introdução

O semiárido alagoano, ambiente retratado na narrativa de Graciliano Ramos, em sua obra 'Vidas Secas' - de 1938, descreve um cenário sócio-geográfico infértil, com difíceis relações sócio-econômicas, com períodos prolongados de seca, fome e de dificuldades para o alcance da prosperidade, de forma que o êxodo seria a única saída.

Tal realidade, entretanto, especialmente desde os anos 2000, vem se transformado por meio de medidas governamentais - com políticas públicas - que buscam legitimar as ações contextualizadas de atores locais que buscam - por meio do uso de tecnologias sociais que podem captar água da chuva, por exemplo - a convivência com o semiárido e não mais combater a seca - seja com uso de carros-pipas etc (COSTA, 2017). Tais ações reforçam a lógica da instituição Comunidade no semiárido.

Costa, Silva e Alves (2019) abordam também que as associações e cooperativas, a partir desta legitimidade, estão em constante mobilização, auxiliando à disseminação de troca de saberes entre os participantes da comunidade local - outros agricultores familiares e camponeses - para reforçar a noção de convivência com o semiárido.

Figura 1 - O semiárido alagoano



Fonte: Dados AL (2021)

O mapa de Alagoas divide-se em 102 municípios, dos quais 38 compõem o semiárido local, sendo um deles Palmeiras dos Índios. O estudo se concentra especificamente em sua área rural, na Serra das "Pias" (ou "Pinhas", conforme moradores locais) - localizada a 162 km da capital Maceió - em que vivem - há mais de 100 anos - aproximadamente 15 famílias que têm produzido um licor de jabuticaba, desde 1970, destinado principalmente ao consumo local.

Figura 2. Visão espacial da Serra das Pias



Fonte: Google Maps (2023)

A área acima (figura 2) indica o espaço geográfico - que está inserida a Serra das Pias - em que moram as 15 famílias, especialmente no espaço dentro do círculo (de cor verde). Indicado abaixo, no canto direito - marcado em "X" (também na cor verde), está o espaço de produção da cooperativa, às margens da rodovia AL-115. O transporte das jabuticabas - entre a colheita na serra e o espaço de produção - é feito por carro-de-boi.

Atualmente, lá existem mais de 500 jabuticabeiras e, curiosamente, nenhuma dessas foi plantada pelos agricultores. Por considerarem um sistema agroflorestral (SAF), o processo de germinação das sementes se dá por meio dos animais locais, como pássaros, que consomem a fruta e depositam as sementes nos espaços locais, muitas vezes entre outras árvores como jaqueira, cafeeiro, laranjeira, limoeiro, cajueiro, pitombeira, mangueira.

Figura 3 - Jabuticabeira na Serra das Pias



Fonte: Instagram @coopcam_agroindustria (2023)

A comunidade local não possui água encanada e, considerando os períodos de seca, a principal alternativa é o uso das tecnologias sociais, como cisternas do

tipo calçadão, subterrânea e semelhantes, para captar água da chuva durante os 4 meses que chovem (em geral, entre novembro e maio), para que, nos 8 seguintes, consigam utilizar a água para - por gotejamento - irrigar hortaliças. Para as árvores frutíferas maiores, incluindo as jabuticabeiras, o processo de irrigação é mais difícil, já que estão espalhadas pela serra. Porém, as mesmas são - de certo modo - resilientes ao bioma caatinga - único originalmente brasileiro e próprio do semiárido - pois, por meio das folhas das demais plantas, que caem e tornam-se adubo natural, o solo fica rico em nutrientes, favorecendo as jabuticabeiras.

Figura 4 - Cisterna calçadão da comunidade



Fonte: elaboração própria

Apesar das dificuldades encontradas, desde 2003, a comunidade, que tem as mulheres como protagonistas, se organizou formalmente, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e pela Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), para reativação - em 2015 - da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Estado de Alagoas (COOPCAM), iniciando a produção voltada à comercialização do fermentado de jabuticaba, denominado popularmente de “vinho de jabuticaba. Ressalta-se que apenas fermentados derivados de uva podem usar o termo “vinho”. (Lei 7678/88).

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), desde 2017, realiza este processo de aproximação e troca de saberes com a comunidade local contribuindo por meio de ações extensionistas e de pesquisa com o intuito de reforçar o altruísmo e protagonismo local.

Para isso, conta com a participação de estudantes e docentes - nas pesquisas científicas e na prospecção de outros atores - dos cursos de Administração (no apoio à participação em feiras agroecológicas, pesquisas de satisfação, apresentação de modelos de negócios, construção de fluxos e processos de produção, prospecção de atores para contribuir com a comunidade); Contabilidade (criação de planilhas de receitas, gastos, custos e despesas); Engenharia Química (análise do teor alcóolico e do processo de fermentação) e Design (sobre construção de dados visuais e rotulagem das garrafas).

Desta contextualização, é válido reconhecer que o cultivo e a produção do vinho de jabuticaba está envolto de complexidades culturais, tradições e ritos

transpassados através de gerações e, assim sendo, vê-se muito além de um mero produto, mas uma abundância de conhecimentos empíricos, práticas e demais valores intrínsecos envolvidos no processo.

Entende-se, neste caso, que a compreensão das simbologias agregadas e a análise de como atores institucionais envolvidos relacionam-se neste campo carregado de significados, são fatores importantes a serem avaliados no contexto organizacional da agroindústria. Sobre campo institucional, Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2010), indicam que não há um único significado, mas que o mesmo pode ser representado como um espaço composto por organizações e que este pode envolver legitimidade, concorrência, constrangimento para com a entrada de certos atores, assim como cooperação estruturada entre seus membros.

A base norteadora do estudo é a teoria institucional, cujo foco está em como se dão as dinâmicas em um campo a partir das ações tomadas pelos sujeitos, sendo essas ações guiadas e influenciadas por certas lógicas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORTON; OCASIO, 2008; THORTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012), que desenvolvem crenças e valores, que criam perspectivas e buscam perpetuá-las, ainda que, conforme Lawrence, Suddaby e Leca (2009), as rupturas dessas lógicas e relações sejam possíveis. Desse modo, o problema de estudo é: como se dá a dinâmica institucional a partir da produção artesanal do fermentado de jabuticaba no semiárido alagoano?

1.1 Justificativa

A teoria institucional pode ser uma útil lente teórica para estudar certos contextos, seja com foco no micro ou no macro ambiente. Deste modo, o estudo se justifica - na teoria - pela possibilidade de vincular esta lente ao contexto semiárido, um espaço geográfico rico em cultura, conhecimentos empíricos e práticas organizacionais locais. Trazer o institucionalismo para esse campo é uma forma de enriquecer a temática de estudo e influenciar outros estudiosos.

Na prática, esse estudo se justifica por gerar dados que contribuam com a população local que produz o fermentado de jabuticaba, principalmente por meio da ilustração visual sobre de como se dá a dinâmica no seu respectivo campo de atuação institucional e quais relações institucionais mais se aproximam ou não da lógica local de convivência com o semiárido.

1.2 Objetivos: geral e específicos

O objetivo geral do estudo é interpretar como se dá a dinâmica institucional a partir da produção artesanal do fermentado de jabuticaba no semiárido alagoano. E, para alcançá-lo, este é desdobrado nos específicos: operacionalizar a pesquisa-ação; realizar a descrição-interpretação das lógicas institucionais vinculadas ao locus; e apresentar a descrição-interpretação da dinâmica das relações institucionais vinculadas ao locus.

2. Fundamentação Teórica

Na perspectiva organizacional, o institucionalismo aborda sobre as dinâmicas dos atores em determinados ambientes e, conforme Lawrence, Suddaby e Leca (2009), essas surgem (na criação), se desenvolvem e se legitimam (na manutenção) e podem se desorganizar (na ruptura), para um novo surgimento, ou seja, uma nova criação.

Scott (2008) descreve as instituições como um amontoado de elementos regulativos, normativos e culturais-cognitivos somados às atividades e práticas cotidianas que dão significado à vida social - na criação, manutenção e ruptura - vinculando as organizações - e os sujeitos inerentes às mesmas - a estas influências simbólicas, o que valida e justifica sua existência. E, Gonçalves, Fregonesi e Moreira (2020) salientam ainda que esse processo pode também ser visto como uma distinção de significados que podem estabilizar, fortalecer ou desinstitucionalizar (gerar ruptura) práticas até então tomadas como certas - taken for granted - em determinado ambiente.

Neste processo institucional (des)contínuo, o foco pode estar na legitimidade, manutenção e validade, refletindo o quanto o ambiente organizacional almeja incorporar características que venham a “simbolizar as aspirações da comunidade, o seu senso de identidade” (SELZNICK, 1971, p.17).

Na busca por legitimidade, há uma pluralidade de instituições, cada uma com suas singularidades - Comunidade, Religião, Família, Estado, Mercado, Profissão e a Corporação (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012) - que influenciam as ações dos sujeitos diariamente.

Esse processo institucional, ao mesmo tempo em que é o reflexo da sociedade que o constitui, por incorporar - ou não - determinadas mudanças históricas, ainda que lentas e graduais (LAWRENCE; SUDDABY, 2006), também constrói e dá sentido ao comportamento de seus membros, induzindo a ações similares, ou seja, ao isomorfismo (DIMAGGIO; POWELL, 1991), criando uma noção de homogeneidade no campo (CRUZ, 2015).

Na perspectiva da Administração - por meio das organizações - é possível refletir o quanto as lógicas institucionais refletem as razões de determinados procedimentos ou características das organizações, bem como os motivos de sua preservação ou não, já que a sociotemporalidade influencia a realidade organizacional.

2.1 As Lógicas Institucionais

A abordagem Lógicas Institucionais, difundida por Friedland e Alford (1991) e atualizada por Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012), explora como se comporta a instituição com base nas ações de seus constituintes, abordando o como e o porque

são guiadas as ações dos indivíduos, por meio de crenças e valores, concebidas como uma “variedade de orientações que são legitimadas em função do contexto espaço-temporal” (TEIXEIRA; ROGLIO; FERREIRA, 2017. p. 667).

Inicialmente, Friedland e Alford (1991) definem as lógicas institucionais como um conjunto de práticas e construções que constituem os princípios de uma ordem institucional, sendo possuídas de base simbólica (imateriais e cognitivas) e que dão sentido à existência dos atores, aqueles que as incorporam e apresentam aspectos estruturais (materiais e relacionais).

Thornton e Ocasio (1999, 2008), definem as lógicas institucionais como uma série de padrões histórico e socialmente construídos, pelos quais os pertencentes organizam seu tempo, espaço e dão significado à sua realidade social, sendo estes padrões envoltos de práticas (estruturais), crenças e valores (simbólicos).

Friedland et al (2014) continuam o amadurecimento da noção de Lógicas Institucionais para dizer que estas são fundadas em substâncias institucionais como *objetos* que ganham valor através da prática dos sujeitos e das organizações. Isto é, aquilo que ganha prestígio, significado e pertencimento à medida em que é legitimado e perpetuado, tornando-se uma espécie de símbolo, quase uma convenção.

A temática pode ser colocada ainda como “um conjunto de regras e recursos recursivamente organizados” (FELIX; GUARIDO FILHO; GONÇALVES, 2015. p. 388), que orientam, segundo Nunes e Pereira (2016), a deliberação dos indivíduos.

Entende-se a noção de Lógicas Institucionais como algo equivalente a ordens implícitas, construídas com base em simbologias e valores que possuem relação direta com a percepção dos indivíduos, que “moldam as regras do jogo e fornecem um discurso que populariza um conjunto de afirmativas” (GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA; 2020, p.73), que melhor represente seus valores.

À essas lógicas, ou ordens institucionais, Cruz (2015) insere - em uma perspectiva ocidental - o capitalismo, a ciência, as crenças e a democracia, que apresentam conjuntos de práticas e simbologias que constroem princípios e estão inseridas intrinsecamente em indivíduos, organizações e no âmbito social.

Das lógicas institucionais, a do Mercado e a do Estado têm sido as mais influentes nas dinâmicas sócio-organizacionais. Merabet (2020), considera a lógica do Mercado mais que um mecanismo de alocação de recursos e entende que, uma vez institucionalizado, um produto ou um serviço - por exemplo - pode influenciar como as organizações e os sujeitos percebem e medem os valores em trocas financeiras, carregando significados e práticas que atuam na organização da vida em sociedade. Estas lógicas estão inseridas em um campo heterogêneo - o que traz à tona as noções de multiplicidade (TEIXEIRA; ROGLIO, 2015), coexistência (COSTA; GUARIDO FILHO; GONÇALVES, 2013), ou complexidade (FAVERO; GUIMARÃES, 2019) de lógicas.

Quadro 1. Síntese dos fundamentos sobre lógicas institucionais

Fundamento	Fonte
A instituição dá sentido ao comportamento de seus constituintes, tipo as pressões que levam a formas semelhantes de comportamento (isomorfismo).	Dimaggio e Powell (1991)
Lógicas Institucionais são um conjunto de práticas e construções que constituem os princípios de uma ordem institucional, sendo possuídas de base simbólica (imateriais e cognitivas) e que dão sentido à existência dos atores, aqueles que as incorporam e apresentam aspectos estruturais (materiais).	Friedland e Alford (1991)
As lógicas dinamizam por diferença, distanciamento, divergência.	Friedland e Alford (1991); Thornton e Ocasio (2008) e Costa, (2018)
Lógicas institucionais como sendo uma série de padrões histórica e socialmente construídos pelos quais os pertencentes organizam seu tempo, espaço e dão significado à sua realidade social, sendo estes padrões envolvidos de práticas (estruturais), crenças e valores (simbólicos).	Thornton e Ocasio (1999, 2008)
As lógicas interagem entre si, em que aspectos podem ser significados de modos diferentes por aproximação e semelhança.	Thornton e Ocasio (1999, 2008)
Toda instituição, ao mesmo tempo em que é o reflexo da sociedade que a constitui por incorporar determinadas mudanças, ainda que lentas e graduais.	Lawrence e Suddaby (2006)
As instituições são um amontoado de elementos regulativos, normativos e culturais-cognitivos somados às atividades que dão significado à vida social, vinculando as organizações a estas influências simbólicas.	Scott (2008)
As dinâmicas em um ambiente envolvem criação, manutenção e ruptura.	Lawrence, Suddaby e Leca (2009)
As lógicas, ou ordens institucionais incluem Comunidade, Religião, Família, Estado, Mercado, Profissão e a Corporação.	Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012)
Lógicas Institucionais são fundadas em substâncias institucionais como <i>objetos</i> que ganham valor através da prática.	Friedland et al (2014)
O isomorfismo tende a certa homogeneidade no campo.	Cruz (2015)
O capitalismo, a ciência, as crenças e a democracia apresentam conjuntos de práticas e simbologias que constroem princípios e estão inseridas intrinsecamente em indivíduos, organizações e no âmbito social.	Cruz (2015)
Lógicas como “um conjunto de regras e recursos recursivamente organizados”	Felix, Filho e Gonçalves (2015)
As lógicas podem interagir ainda por tensão.	Teixeira e Roglio (2015)
Uma “variedade de orientações que são legitimadas em função do contexto espaço-temporal”	Teixeira, Roglio e Ferreira (2017)
As lógicas podem interagir por contradição	Picheth e Crubellate (2019)
Processo visto como uma distinção de significados que podem estabilizar, fortalecer ou desinstitucionalizar (gerar ruptura) práticas até então tomadas como certas - <i>taken for granted</i> - em determinado ambiente.	Gonçalves, Fregonesi e Moreira (2020)
A lógica do Mercado, além de um mecanismo de alocação de recursos, uma vez institucionalizado, pode influenciar como os atores percebem e medem os valores em trocas financeiras, carregando significados e práticas que atuam na organização da vida em sociedade.	Merabet (2020)

Fonte: elaboração própria

Conforme sintetizado, percebe-se que, na ótica das lógicas institucionais, enfatiza-se as singularidades existentes em um campo, o quanto estas dão sentido às ações dos atores e, conforme Thornton e Ocasio (2008, 1999) interagem entre si, podendo haver percepções de aproximação, semelhança, diferença, distanciamento, divergência (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORNTON; OCASIO, 2008; COSTA, 2018), tensão (TEIXEIRA; ROGLIO, 2015), ou contradição (PICHETH; CRUBELLATE, 2019). Mas, para entender a dinâmica de convergência ou divergência institucional, a abordagem das relações institucionais (ZILBER, 2013), avança sobre.

2.2 As relações Institucionais

Segundo Sousa, Rocha e Abreu (2020), as instituições cumprem um papel fundamental na reflexão sobre como se dão as relações sociais, uma vez que exercem influências nas atividades econômicas. Em outras palavras, as organizações agem influenciadas e influenciando seus contextos, que por sua vez, caracterizam relações do e entre os atores que compõem determinado campo.

Dado que o institucionalismo tem relação com o que é tido pelos indivíduos como realidade, correto e aquilo que concerne sentido às suas ações, “espera-se que as organizações estejam em conformidade com os padrões locais de adequação” (SOUSA; ROCHA; ABREU; 2020, p.1076) ou seja, em sintonia com as lógicas institucionais. Os autores ainda defendem que estas forças institucionais podem variar, diferindo dentro de um mesmo campo quando os atores posicionam-se de modos diferentes.

Para Costa, Neto e Andrade (2018), a análise pela perspectiva das relações institucionais permite uma visão mais enriquecida dos significados organizacionais por trás dos fenômenos estudados, já que, segundo Neto (2018), essas relações institucionais contribuem para o estabelecimento de estratégias organizacionais.

As relações institucionais circundam os âmbitos privado, público e do terceiro setor, sejam nacionais ou internacionais, envolvendo-se em suas articulações e planejamentos (VENUTO; FAYET; NAVARRO, 2019). Para Sousa, Rocha e Abreu (2020), essas dinâmicas possuem impactos nos modos pelos quais as instituições são endereçadas em busca de determinados interesses, seja considerando o campo uma arena, um espaço de cooperação, ou até de interdependência. Em sua base de discussão Scott (1995) já explicava que essas relações são arranjos e que ao entrarem em interação, trazem à tona uma carga simbólica, que influencia no como se darão estes relacionamentos, podendo gerar pontos de vistas cooperativistas ou conflitantes. Desse modo, Costa e Teixeira (2013) argumentam que isto pode ocorrer como um reflexo de uma exploração sistemática das contradições presentes nos níveis individuais e sociais. Por contradições, entende-se neste estudo a pluralidade e divergência de raciocínios.

Considera-se ainda a importância dessa abordagem - a das Relações institucionais - como ferramenta desenvolvimentista. Isso porque, conforme Silva (2017), para o alcance de progresso social, econômico e tecnológico, é preciso haver integração institucional. Estas interações, entre órgãos de diversos níveis e setores, podem influenciar no avanço local, uma vez que, tem potencial na criação

de programas, realização de estudos para avanço local, inserção de novos atores e entre outros, gerando por consequência, benefícios à sociedade, agindo de forma transformadora. Oliveira e Campos (2015) corroboram essa linha de pensamento ao enfatizar a noção de cogestão, onde há foco no diálogo e compartilhamento de poder.

Por outro lado, pode constranger atores e demandas sociais que não sejam do interesse dos atores mais legitimados nessas relações. Entende-se a importância de captar como se dão as relações institucionais em um campo e a melhor forma de estabelecê-las, visto que também englobam disputas de poder, perspectivas individuais e coletivas.

Dado o caráter simbólico e social envolvido em uma relação institucional, Sá (2006) pressupõe que, para que esse relacionamento se concretize de modo eficaz, é preciso que haja um interesse ou ideia comum, de modo que gere esforço de ambos os lados, ou seja, o alinhamento de objetivos em uma determinada ocasião. Ao se relacionarem, as instituições devem aprender sobre si mesmas e sobre seus aliados naquele momento, ou em outras palavras, “as diferenças institucionais devem ser aprendidas e respeitadas” (SÁ, 2006, p.70).

Quadro 2. Síntese da fundamentação teórica sobre relações institucionais (continua)

Fundamento	Fonte
As relações são espécies de arranjos e que no momento em que os atores interagem entre si, trazem à tona uma carga simbólica, o que influencia no como se darão estes relacionamentos, podendo gerar pontos de vistas cooperativistas ou conflitantes.	Scott (1995)
A polarização político-partidária ainda é um dos mais importantes fatores de obstáculo ao desenvolvimento [...] das localidades”	Sá et al (2006)
“Até que ponto podem ser porta-vozes de propostas que implicam em articulação, intersetorialidade, participação efetiva, equidade, empoderamento se suas práticas não estiverem alicerçadas nesses mesmos valores ou ainda não tornam esses princípios os lemas de suas práticas diárias, de uma presumida interinstitucionalidade em torno de um projeto comum?”	Sá (2006)
Questiona-se quanto à dificuldade da união entre instituições. Como atores externos podem se integrar à comunidade de modo que possam transmitir suas perspectivas e apresentar suas sugestões, considerando que esta –a comunidade– já possui suas próprias convicções, processos e articulações.	Sá (2006)
Reflexão coletiva seria um modo de deixar claras as razões pelas quais as instituições estão se unindo em prol de determinado projeto, visando evitar as disputas de poder.	Sá et al (2006)
Questiona-se como essas instituições podem se ouvir e se entender, conviver. Para que esse relacionamento se concretize de modo eficaz, é preciso que haja um interesse ou ideia comum, de modo que gere esforço de ambos os lados. ao se relacionarem, as instituições devem aprender sobre si mesmas e sobre seus aliados naquele momento, de modo que “as diferenças institucionais devem ser aprendidas e respeitadas”.	Sá (2006)
O conceito de Lógicas Institucionais e suas vertentes possuem potencial para a análise das relações que ocorrem entre indivíduos, organizações e instituições.	Thornton e Ocasio (2008)
A democratização só pode ser efetivada uma vez que as relações institucionais forem redimensionadas.	Guizardi e Pinheiro (2012)
A democratização coloca o homem como “sujeito das decisões coletivas, num gerir que se torna assim tanto coletivo como, de fato, público.”	Guizardi e Pinheiro (2012)

A divergência de pontos de vista pode ocorrer como um reflexo de uma exploração sistemática das contradições presentes nos níveis individuais e sociais.	Costa e Teixeira (2013)
Representatividade é uma garantia de que as decisões coletivas serão legitimadas.	Lira et al (2015)
“Cada integrante traz seu caráter particular, suas interações sinérgicas, disponibilidades, crenças e objetivos”	Andrade et al (2016)
Para que o desenvolvimento social ocorra, é necessário que haja interação entre atores sociais e políticos de modo que as necessidades da sociedade sejam debatidas, construindo assim uma rede de relações.	Nunes e Pereira (2016)
O homem sempre esteve em busca do progresso social, econômico e tecnológico e que, para o alcance desses objetivos é preciso que haja integração institucional	Silva (2017)
Pela perspectiva das relações institucionais permite uma visão mais completa dos significados por trás dos fenômenos estudados.	Costa, Neto e Andrade (2018)
As relações institucionais, quando eficazes, como um método para solução de problemas, além de contribuírem para o estabelecimento de estratégias, indicam uma atividade dinâmica que deve se estabelecer de forma alinhada com os objetivos da organização.	Neto (2018)
As relações devem se dar de modo flexível, oferecendo opções de sistematização para os níveis políticos e estratégicos da instituição.	Neto, (2018)
As relações institucionais circundam o âmbito privado, empresas, órgãos internacionais e de terceiro setor envolvendo-se em suas articulações e planejamentos.	Venuto, Fayet e Navarro (2019)
“Espera-se que as organizações estejam em conformidade com os padrões locais de adequação”. Estas forças institucionais podem variar, diferindo dentro de um mesmo campo quando os atores posicionam-se de modos diferentes, quando essas relações são abaladas, ou não tidas mais como legítimas.	Sousa, Rocha e Abreu (2020)
As dinâmicas envolvidas da relação institucional possuem impacto nos modos pelos quais as instituições são endereçadas, se encaminham.	Sousa, Rocha e Abreu (2020)

Fonte: elaboração própria

Quanto às relações institucionais, enfatiza-se a dinâmica em um campo mais amplo, seja ao tratar do relacionamento entre diferentes instituições ou entre indivíduo e instituição. Levanta-se a respeito do (des)alinhamento entre instituições, adequação às necessidades e realidade umas das outras, bem como a pluralidade de bagagens que estão envolvidas ao inserir-se em um ambiente relacional e a importância da representatividade dos envolvidos.

3. Metodologia

O estudo teve início em outubro de 2020 e concluiu-se em setembro de 2021, com a visita à COOPCAM e realização de uma oficina para apresentação dos resultados obtidos com base em entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas -construídas a partir da bibliografia levantada-, diários de bordo, observações em campo e discussões em grupo. Os participantes da entrevista foram os quatro principais representantes da COOPCAM, os quais, por questão de ética, terão seus nomes preservados e serão representados pelos termos “Cooperado I”, Cooperado II”, “Cooperado III” e “Cooperado IV”.

No sentido de compreender como se desenvolvem as ações dos sujeitos em meio ao processo produtivo e do campo em questão, uma vez que repletas de simbologias referentes à cultura local, tal como entender quais são os atores envolvidos e quais seus papéis na Cooperativa, este trabalho possui metodologia qualitativa e apoiou-se no método Pesquisa-Ação (PA).

A PA, do tipo representativa (Ferreira et al., 2020), envolve, segundo Tripp (2005) o pesquisador e os membros do grupo de forma ativa, buscando entender suas necessidades, propor soluções e implementá-las - de modo horizontal - para satisfazer expectativas e gerar novas percepções contextuais.

Logo, “o que caracteriza a pesquisa-ação é a mudança” (TRIPP, 2005, p.176) e o método deve ser operacionalizado de modo a beneficiar os envolvidos - pesquisadores e sujeitos locais - (LODI; THIOLLENT; SAUERBRONN, 2018) numa construção na qual se busca estabelecer, de forma horizontalizada, uma fusão entre saberes formal e informal com o intuito de responder às demandas levantadas (Ferreira et al, 2020).

O método possui quatro fases, sendo elas: a Exploração, na qual observa-se o campo, entendendo o contexto e as visões dos envolvidos; a Análise, onde a teoria encontra a prática; a Programação ou Ação, onde as descobertas do estudo são aplicadas de acordo com o funcionamento do grupo; e por fim, a Avaliação, a qual serve para apresentar os resultados obtidos aos participantes, gerar novas discussões.

Quadro 3. Fases e teoria da Pesquisa-Ação

Fases da Pesquisa-Ação	Conceitos
1 – Exploratória	Identificam-se nas necessidades e características do campo a ser estudado, fazendo, deste modo, um diagnóstico da situação encontrada. Nesta fase, é feita a coleta de dados, de modo que buscam-se as informações que viabilizam o andamento da pesquisa, tais quais podem prover de entrevistas, questionários, observações, diários e entre outros.
2 – Analítica	Discussão, análise e interpretação dos dados encontrados para construção de informações que proporcionam a tomada de decisões. Ainda nesta fase, relacionam-se os conceitos encontrados na teoria e os encontrados na prática.
3 – Ativa	Com base na discussão de dados, definem-se planos de ação e estratégias de intervenção. Também define-se o método de avaliação de resultados.
4 – Avaliativa	Ocorre a análise das ações, para avaliar sua efetividade. Tem-se o retorno dos resultados por parte dos participantes, tal como a divulgação do estudo.

Fonte: Adaptado de Thiollent (2009)

A ideia central do método é propor ações de fato aplicáveis e funcionais para aquele ambiente, uma vez que este fora previamente estudado. Adiante, será apresentada a operacionalidade da PA a partir da realidade deste estudo com os envolvidos na dinâmica da produção do fermentado de jabuticaba.

4. Discussão dos dados

O início da comercialização se deu após um projeto da Eletrobrás para produção de doce no semiárido, o que exigiu da comunidade a fundação de uma agroindústria e posteriormente da cooperativa. O projeto inicial acabou não vingando

devido à alta perecibilidade dos produtos e falta de prévio preparo técnico dos cooperados.

Apesar disso, este ocorrido, uma vez que iniciou a agroindústria, abriu caminho para dar início à comercialização do “Vinho de Jabuticaba”, (Fermentado) seco e suave, tal como de polpas de frutas (fruta congelada tipo polpa), e atualmente, estão no processo de desenvolvimento de geleias. A princípio, os produtos eram comercializados via grupo de produção, ou seja, entre famílias.

Pela Cooperativa, o produto é vendido em feiras, ou comercializado para escolas, instituições parceiras, ou vendido por encomendas. Não há um ponto de venda físico específico, mas em determinado momento, foi criado o “Espaço camponês”, onde o produto seria comercializado, o que acabou não vingando em momento prévio, porém sua reabertura estaria sendo avaliada.

A maior dificuldade para comercialização do produto se dá, segundo os cooperados, devido ao viés jurídico presente, onde os produtos precisam obedecer uma série de especificidades para que possam ser comercializados legalmente, tais como registros e/ou licenças e criação de logomarca. Como define:

“Ser agricultor a gente sabe, mas quando se trata de comercializar a gente tem dificuldade. Burocracia o nome devia ser três vezes maior do que é porque dificultam muito. [...] O que conta não é a qualidade, são as regras do comércio.” (Cooperado I)

A cooperativa está atualmente em processo de operacionalização para que então os produtos sejam comercializados fora do estado, com pontos de venda e dentro da legalidade. Para tal, a contribuição do Estado e de instituições associadas faz-se relevante.

4.1 Operacionalização da PA

Tratando de um ambiente tão rico e repleto de bagagens simbólicas, a metodologia de pesquisa-ação gera a oportunidade de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. Desse modo, o foco da operacionalização da Pesquisa-ação foi, a princípio, conhecer o campo, levantar hipóteses de possíveis problemas e soluções, inserir-se nele ativamente e gerar discussões e propostas a seu respeito.

Quadro 4. Teoria e Prática da Pesquisa-Ação

(continua)

Fases da PA	Fundamento	Operacionalização
1 – Exploratória	Identificam-se as necessidades e características do campo a ser estudado, fazendo, deste modo, um diagnóstico da situação encontrada. Nesta fase, é feita a coleta de dados, quando são buscadas as informações que viabilizam o andamento da pesquisa, tais como podem provir de	A princípio, houve o reconhecimento do campo por meio de leituras guiadas e mídias, como fotos e vídeos do local, de modo a realizar uma aproximação teórica. Posteriormente, o contato presencial surgiu por meio da Expoagro, a qual foi usada duas vezes como palco para divulgação e venda dos produtos comercializados pela COOPCAM, momento onde houve conversas diretas.

	entrevistas, questionários, observações, diários e outros.	Posteriormente, foram realizados encontros presenciais na própria COOPCAM, ainda com o objetivo de reconhecimento do campo. E, finalizando a exploração, houve a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos participantes.
2 – Analítica	Discussão, análise e interpretação dos dados encontrados para construção de informações que proporcionam a tomada de decisões. Ainda nesta fase, relacionam-se os conceitos encontrados na teoria e os encontrados na prática.	Nesse momento, foram realizados encontros semanais com o intuito de discutir o material levantado. Aqui houve a coleta do material bibliográfico em plataformas da QUALIS-CAPES, com a ideia de somar a teoria à prática.
3 – Ativa	Com base na discussão de dados, definem-se planos de ação e estratégias de intervenção. Também define-se o método de avaliação de resultados.	Análise do contexto social envolto à produção, tal como da influência dos atores relacionados, culminando na elaboração de um mapa conceitual de todos os envolvidos.
4 – Avaliativa	Ocorre a análise das ações, para avaliar sua efetividade. Tem-se o retorno dos resultados por parte dos participantes, tal como a divulgação do estudo.	Nesse momento foi realizada uma oficina com os diversos atores envolvidos, na qual foram apresentados os principais tópicos estudados.

Fonte: Adaptado de Thiollent (2009)

Referente à fase 1, a da **exploração**, a pesquisa teve início com leituras que abordavam a respeito do local e seus pertencentes, tal como a respeito do semiárido, permitindo uma aproximação teórica ao campo. Dada a pandemia da Covid-19, o acesso à Comunidade e seus processos produtivos ocorreu através de reuniões virtuais, nas quais o contato inicial com o campo se deu por meio de fotos, vídeos e relatos, substituindo, por hora, a aproximação presencial.

Entre os meses de outubro e novembro de 2020, surgiu a oportunidade de um contato presencial com os representantes das famílias produtoras do Vinho de Jabuticaba durante a 70ª edição da Expoagro, um evento cultural agropecuário. Neste, foi realizada a visita ao estande de divulgação e venda do produto, onde ocorreram diálogos ativos com três dos representantes da Cooperativa.

A primeira visita foi realizada na data de 25/10/2020. O segundo encontro ocorreu em 01/11/2020. Em ambos, ocorreram conversas diretas onde os envolvidos abordaram a respeito da Cooperativa, apresentando-nos suas percepções. Nesse momento, foram feitas anotações a respeito do que foi visualizado em campo em diários de bordo para posterior análise.

Ao longo dos meses, os contatos mantiveram-se através de meios de comunicação online e visitas periódicas. Isso culminou na realização de entrevistas pré-estruturadas, durante as quais os sujeitos do estudo responderam a um

questionário online com perguntas relacionadas às suas percepções gerais, processos produtivos, significados, e outros aspectos relevantes. Dessa forma, foi concluída a fase de coleta de dados.

Para a fase 2, a da **análise**, ao longo do processo, ocorreram reuniões semanais nas quais se discutiu o que havia sido levantado no decorrer do estudo e abordado pelos participantes. Esse processo teve início com base em diários de bordo e observações feitas nos encontros na Expoagro. Durante essa etapa, o grupo identificou uma série de temas relacionados ao estudo, o que posteriormente levou ao início do Levantamento Bibliográfico, com base em revistas de periódicos da Qualis/Capes classificados entre A1, A2, A3, B1, B2 e B3.

Os temas buscados foram: Agricultura Familiar; Agroturismo; Controle; Design (Social, Colaborativo, Estratégico, de Embalagem e Comunitário); Identidade Visual; Turismo Rural; Lógicas Institucionais; Relações Institucionais; e Fluxos e Processos. Feito isto, e com base em entrevistas com os representantes da Cooperativa, pôde-se avaliar a junção do teórico com aquilo que foi levantado na prática, tal como os papéis dos órgãos envolvidos com os processos produtivos da Cooperativa.

A fase 3, **ativa**, no que diz respeito ao Institucionalismo, Relações Institucionais e Lógicas Institucionais, foi elaborado um mapa que listava todas as instituições envolvidas com a Cooperativa, a fim de apresentá-lo aos participantes com o objetivo de facilitar a compreensão da atuação dessas entidades na COOPCAM. Além disso, realizou-se uma análise das percepções dos cooperados em relação às simbologias e significações culturais presentes, com base em entrevistas.

É válido mencionar que essa análise, possui potencial para esclarecer quanto ao que é visto como dificuldade por parte dos cooperados, bem como do que consideram importante e simbólico, podendo favorecer processos de elaboração de logos, slogans e de estratégias, uma vez que atenta para como a organização se encaminha.

E para a fase 4 - a **avaliativa** - em setembro de 2021 foi realizada uma oficina presencial contando com diversos dos atores que compõem o campo institucional da Cooperativa. No evento em questão, foi organizada uma feira que contava com diferentes produtores, compondo um ambiente de divulgação e venda. Durante a oficina, foram levantados os principais tópicos deste estudo, apontando as características institucionais no ambiente, os papéis dos atores envolvidos e a constituição percebida com a finalidade de apresentar o estudo aos participantes para que estes obtivessem as próprias percepções.

4.2 Descrição-interpretação das lógicas institucionais vinculadas ao locus

Com base na definição de Scott (2008), o conceito de institucionalismo está relacionado a um amontoado de elementos regulativos, normativos e culturais-cognitivos, que somados às atividades, são o que vinculam significado à vida social.

As instituições, portanto, são o que trazem legitimidade e validade ao ambiente, seja organizacional ou social, moldando-se com base nas características

daqueles que o compõem, ou, como define Selznick (1971), simboliza o senso de identidade e aspirações de dada comunidade. Sendo assim, analisa-se a simbologia existente na cooperativa, o que ela representa para cada indivíduo que a compõe e como esta simbologia também acaba por compô-los. Deste modo

“A COOPCAM se apresenta como uma alternativa para nós agricultores” (Cooperado II). Indo além, **“fazer parte da COOPCAM representa uma evolução na questão de humanidade, aprendizado e conhecimento do que é agricultura.”** (Cooperado IV)

Percebe-se, além da perspectiva comercial e produtiva, que há uma forte noção de pertencimento e empoderamento da identidade do agricultor e conhecimento daquilo que é agricultura, reconhecendo a riqueza da cultura própria e dos caminhos trilhados até então.

Com o início da cooperativa e da conseqüente proximidade entre os cooperados, narra-se um processo de mudança, no qual a barreira do individualismo –produção individual– é rompida e dá-se início a uma lógica de união e compartilhamento. Nessa nova perspectiva, divide-se o que há no prato, o conhecimento passado através de gerações, as histórias, as canções e principalmente a luta pela cooperativa e reconhecimento do agricultor. Como define o entrevistado, houve uma **“mudança de consciência ‘pra’ estar juntos, pra se organizar, mudança de mente do processo de cooperação, o que foi muito importante ‘pra’ nós, porque todo mundo ‘tava’ acostumado a viver no individualismo, cada um produz o seu, cada um faz do seu jeito, [...] e houve essa mudança nesse âmbito cultural nosso, no modo da gente se organizar, trabalhar”** (Cooperado III). **“Passamos muito tempos juntos, falamos de tudo um pouco, a animação é muito grande. [...] são momentos bons onde a turma fala de coisas do passado e planeja também e fazemos reunião ao trabalhar”** (Cooperado II)

Como definem Lawrance & Suddaby (2006), o ambiente seria um reflexo da sociedade que o constitui. Por essa ótica, se a Comunidade passa por alguma mudança, sua diretriz institucional também se altera.

Para Friedland e Alford (1991) as lógicas são um conjunto de práticas que constituem uma ordem institucional, possuídas de base simbólica. Complementarmente, Teixeira e Roglio (2015), sustentam que as organizações estão sujeitas a tensões institucionais, as quais permitem que diferentes arranjos organizacionais se formem. A criação da Cooperativa trouxe mudanças nas lógicas existentes, alterando a ordem institucional da comunidade, partindo do individualismo para o cooperativismo.

Em outras palavras, com a comercialização e conseqüente união das famílias produtoras, houve uma subversão da produção individual para a produção coletiva, onde todos são representados pela mesma cooperativa, organizando-se, produzindo e comercializando juntos, numa troca mútua de saberes, experiências e criando um processo envolto de práticas culturais que enriquecem ainda mais o contexto.

Nesta perspectiva, faz-se presente também a valorização da identidade do produtor e da luta que se enfrenta há gerações, colocando em prática a importância de valorizar este movimento cultural e tudo o que carrega.

“A gente aprendeu a valorizar a nossa identidade, quem a gente é né. A gente entende que nós temos um valor muito grande, a gente tem muita cultura, muita riqueza, muita coisa bonita. A gente hoje valoriza quem a gente é né, a cooperativa ela vem nesse processo de evolução e crescimento, um instrumento da cooperativa e a gente junto”. (Cooperado III)

Dito isto e apresentadas as simbologias existentes, acrescenta-se que no contexto da produção dos derivados da Jabuticaba, difunde-se a prática de cantar em meio ao processo produtivo músicas que reforçam a cultura e os significados do movimento, ou canções de vertente religiosa, dado o forte viés católico presente. Enfoca-se também a união entre produtores, dada a já comentada subversão dos meios produtivos.

“Os agricultores quando estão trabalhando, eles cantam, né? Músicas populares, né? Que muitas vezes são aquelas canções repassadas de geração em geração [...] antes das alimentações, a gente sempre faz agradecimentos por aquele alimento e isso é cultural, entre o nosso grupo” (Cooperado II)

Estes momentos de produção também servem para realizar reuniões a respeito do negócio, planejando e repensando processos produtivos. A prática de manter diálogos entre os cooperados mostra-se não somente como uma prática cultural, mas também processual, ocorrendo algo como um *brainstorming*.

A cooperativa, portanto, representa, como definido anteriormente, uma “alternativa” para o agricultor se inserir no mercado de modo que possa ser agraciado, produzindo, vendendo e ganhando aquilo que é justo pelo seu esforço. As práticas comuns à produção são relativas a religiosidade e união entre produtores.

“Passamos muito tempos juntos, falamos de tudo um pouco, a animação é muito grande.” (Cooperado I)

O levantamento a respeito das lógicas institucionais presentes na Cooperativa corrobora com a perspectiva levantada por Thornton e Ocasio (2008), que as definem (as lógicas) como sendo uma série de padrões histórica e socialmente construídos pelos quais os pertencentes organizam seu tempo, espaço e dão significado à sua realidade social, sendo estes padrões envoltos de práticas, crenças e valores, tratando-se de fatores que orientam a deliberação dos indivíduos na organização.

O que, no caso da Agroindústria, demonstra-se nas práticas de organização produtiva que incluem a quebra da perspectiva individualista, adoção de hábitos relativos à música, religião e diálogo, tal como a valorização do papel agricultor, de sua produção e da terra.

Quadro 5. Síntese da fundamentação sobre lógicas institucionais

(continua)

Fundamento	Fonte	Percepção alta (+); mediana (+-)		Locus
		+	+-	
Instituições são um amontoado de elementos regulativos, normativos e culturais-cognitivos somados às atividades que dão significado à vida social, vinculando as organizações a estas influências simbólicas.	Scott (2008)	X		Noção de pertencimento à cooperativa
“Variedade de orientações que são legitimadas em função do contexto espaço-temporal”	Teixeira; Roglio; Ferreira (2017, p. 667).	X		O contexto espaço-temporal como um dos principais fatores influenciador comportamental
Lógicas institucionais como sendo uma série de padrões histórica e socialmente construídos pelos quais os pertencentes organizam seu tempo, espaço e dão significado à sua realidade social, sendo estes padrões envoltos de práticas (estruturais), crenças e valores (simbólicos).	Thornton e Ocasio (2008,1999)	X		História local e dos indivíduos, práticas compartilhadas e a cultura local fundamentam a organização social.
Institucionalismo como algo capaz de “Simbolizar as aspirações da comunidade, o seu senso de identidade”	Selznick (1971)	X		A sensação de pertencimento notada nos entrevistados, bem como as relações desenvolvidas durante o processo produtivo faz do locus algo a mais do que um ambiente de desenvolvimento e produção, atribuindo-lhe razão, sentido, um status identitário, personificado.
Esse processo pode ser visto como uma distinção de significados que podem estabilizar, fortalecer ou desinstitucionalizar (gerar ruptura) práticas até então tomadas como certas em determinado ambiente.	Gonçalves, Fregonesi e Moreira (2020)	X		Saída da abordagem individualista para uma noção de pertencimento e compartilhamento.

(continua)

A instituição também constrói e dá sentido ao comportamento de seus constituintes, tipo as pressões que levam a formas semelhantes de comportamento e ações, ou seja, o isomorfismo.	Dimaggio; Powell (1991)	X		Práticas cercadas de costumes que englobam a cultura local e que partem da maioria dos indivíduos.
O isomorfismo tende a certa homogeneidade no campo.	Cruz (2015)	X		O isomorfismo é percebido nas ações da comunidade, gerando homogeneidade.
Lógicas Institucionais são um conjunto de práticas e construções que constituem os princípios de uma ordem institucional, sendo possuídas de base simbólica (imateriais e cognitivas) e que dão sentido à existência dos atores, aqueles que as incorporam e apresentam aspectos estruturais (materiais).	Friedland; Alford (1991)	X		Identidade, história, cultura, noção de pertencimento e as crenças comuns as percebidos como uma estrutura simbólica.
Lógicas Institucionais como “um conjunto de regras e recursos recursivamente organizados”	Felix; Guarido; Filho (2015. p. 388)		X	Regras não definidas e organizadas, mas compartilhadas
O capitalismo, a ciência, as crenças e a democracia apresentam conjuntos de práticas e simbologias que constroem princípios e estão inseridas intrinsecamente em indivíduos, organizações e no âmbito social.	Cruz (2015)		X	Os fatores histórico-culturais, crenças e a valorização do papel do agricultor, são princípios basilares de comportamento.
Lógicas Institucionais são fundadas em substâncias institucionais como <i>objetos</i> que ganham valor através da prática.	Friedland et al (2014)	X		O vinho de jabuticaba motivou mudanças lógicas no campo, tendo muitos valores atribuídos a ele.

Na busca por legitimidade, há uma pluralidade de instituições, cada uma com suas singularidades - Comunidade, Religião, Família, Estado, Mercado, Profissão e a Corporação. As lógicas, ou ordens institucionais incluem Comunidade, Religião, Família, Estado, Mercado, Profissão e a Corporação.	Thornton; Ocasio; Lounsbury (2012)	X		Todas as instituições mencionadas puderam ser notadas em campo, bem como as lógicas trazidas por elas, relacionando-se em sintonia.
As lógicas interagem entre si, em que aspectos podem ser significados de modos diferentes por aproximação e semelhança.	Thornton e Ocasio (2008)	X		As lógicas aparentam interagir quase sempre de forma harmoniosa no campo.
A lógica do Mercado, além de um mecanismo de alocação de recursos, é algo que, uma vez institucionalizado, pode influenciar como os atores percebem e medem os valores em trocas financeiras, carregando significados e práticas que atuam na organização da vida em sociedade.	Merabet (2020)	X		A lógica de mercado apresenta-se como algo recente para a comunidade. Ainda há certas dificuldades para sua plena institucionalização.
As lógicas podem interagir ainda por diferença, distanciamento, divergência. As lógicas podem interagir ainda por tensão. Ou as lógicas podem interagir por contradição.	Friedlan; Alford (1991); Thornton; Ocasio (2008); Costa (2018) Teixeira; Roglio (2015); Pincheth; Crubellate (2019)		X	As lógicas aparentam se dar de forma mais complementar do que divergente.

Fonte: elaboração própria

O método de pesquisa-ação consiste na participação, com tomada de ação, do estudioso no campo. Tal método parte de um levantamento teórico para verificar a validade de concepções de diversos autores em relação ao que de fato pôde ser observado no campo. Dito isso, é possível separar tópicos quanto ao que pôde ser muito percebido, pouco percebido ou não percebido.

4.2.1 Muito percebido

Scott (2008) e Thornton e Ocasio (2008,1999), definem de forma semelhante as instituições/lógicas institucionais. O primeiro as vê como elementos regulativos, normativos e culturais-cognitivos que, somados às atividades, são o que dão significado à vida social. Já o segundo grupo de autores, as vê como uma série de padrões histórica e socialmente construídos pelos quais a população organiza seu tempo, espaço e dá significado à sua realidade social, sendo estes padrões envoltos de práticas (estruturais), e valores (simbólicos).

Concomitantemente, Teixeira, Roglio e Ferreira (2017) definem as lógicas como orientações validadas com base no contexto espaço-temporal. E para Cruz

(2015), os fatores histórico-culturais repassados ao longo das gerações somados às crenças e a mudança de perspectiva sobre o papel do agricultor na sociedade, bem como sua valorização de modo geral, são os princípios basilares do comportamento dos envolvidos. Tais princípios apresentam-se quase como uma noção geral dos indivíduos, aquilo em que acreditam e lhes dá motivação.

A noção de pertencimento à Cooperativa, tal como a presença de um senso comum que a coloca como uma “alternativa” ou ainda “evolução” a nível pessoal para os envolvidos demonstra a significação daquela instituição para a construção e manutenção da vida social dos indivíduos.

A história do local e dos seus pertencentes, as práticas compartilhadas e a cultura local são o que fundamentam a organização social, moldando-se como uma estrutura que estabelece padrões que, embora não explícitos, tornam-se comuns. A religiosidade e a valorização do agricultor e sua terra, o pertencimento e a ideia de união, constituem a simbologia dos atos, dando significado às atividades.

O contexto espaço-temporal é um dos principais fatores influenciadores do comportamento e organização dos cooperados, pois em suas validações e práticas consideram-se diversas questões históricas e concepções de valorização e riqueza do ambiente.

Para Friedland e Alford (1991) as lógicas Institucionais podem ser vistas como conjuntos de práticas e construções que constituem os princípios de uma ordem institucional, que, possuíntes de uma base simbólica (imateriais e cognitivas), dão sentido à existência dos atores, que as incorporam e apresentam aspectos estruturais (materiais).

A respeito dessa abordagem, a questão identitária, a história, a cultura, a noção de pertencimento e as crenças comuns aos cooperados são fatores percebidos como uma estrutura simbólica que dá significado às suas ações e atividades, além de caracterizar aquilo que está sendo produzido e comercializado, de modo a compartilhar sua essência.

Ao retomar o estudo, Friedland et al (2014), apontam que as lógicas Institucionais são fundadas em substâncias institucionais como *objetos* que ganham valor através da prática. O vinho de jabuticaba indica ter sido o principal fator que influenciou as mudanças lógicas no campo, gerando quebra de uma concepção individualista para uma noção maior de compartilhamento e união, bem como motivou a introdução da COOPCAM no comércio, o que por sua vez trouxe ressignificação da persona do agricultor.

Sua produção cercada de práticas culturais, bem como seu forte significado para comunidade, faz do Vinho de Jabuticaba mais do que mero produto para venda, uma vez que existem muitos valores atribuídos a ele, podendo este ser o objeto-símbolo da comunidade.

Na visão de Dimaggio e Powell (1991), a instituição é aquilo que constrói e dá sentido lógico ao comportamento daqueles que a constituem, trazendo pressões que levam a comportamentos e ações similares, levando ao isomorfismo. Isomorfismo esse que, para Cruz (2015), pende à certa homogeneidade no campo. Quanto aos possíveis aspectos de padronização, pôde-se perceber que as práticas

produtivas estão cercadas de costumes que englobam a cultura local e que partem da maioria dos membros do grupo.

É habitual os agricultores compartilharem momentos de conversas, cantigas e de agradecimentos, ações que tornam-se culturais para os indivíduos. Dito isso, o isomorfismo é percebido nas ações compartilhadas na comunidade, fator esse que ao criar práticas comuns a todos em um campo, gera homogeneidade.

Para Gonçalves, Fregonesi e Moreira (2020), esse processo de institucionalização pode ser visto como uma distinção de significados que podem estabilizar, fortalecer ou desinstitucionalizar práticas até então tomadas como certas. Como já instituído, foi possível notar uma mudança de perspectiva por parte dos cooperados, corroborando com o raciocínio dos autores, que mencionam que as lógicas institucionais, quando estabelecidas, podem gerar rupturas das práticas até então existentes.

Para Thornton e Ocasio (2008, 1999), as lógicas institucionais interagem entre si, em que aspectos podem ser dados de formas diferentes, seja por aproximação ou por semelhança. No campo, as lógicas aparentam interagir quase sempre de forma harmoniosa. As mais aparentes são as lógicas de Família, Religião, Comunidade, Profissão e Estado, que misturam-se e aproximam-se.

Concepções religiosas, históricas, atuação do Estado, conhecimentos empíricos, ligação com o ambiente em que vivem e produzem, noções identitárias e de pertencimento, compartilhamento, união. Todos conceitos que resultam em práticas e simbologias que os refletem. Os conflitos, entretanto, podem ocorrer ao inserir lógicas externas que venham a trazer concepções até então divergentes, como, no caso, a lógica de mercado, ainda não completamente institucionalizada.

Ainda sob esta perspectiva, Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) pontuam que na busca do homem por validação estão presentes as lógicas ou ordens institucionais que incluem Comunidade, Religião, Família, Mercado, Profissão e Corporação, cada apresentando as próprias singularidades e interagindo entre si. Considerando isso, todas as instituições mencionadas puderam ser notadas em campo, bem como as lógicas trazidas por elas, relacionando-se em sintonia.

A lógica de família se desenvolve desde antes da constituição da cooperativa, uma vez que a produção do vinho se iniciou de forma familiar, caseira, entre pais e filhos. Com a posterior união entre as 15 famílias agricultoras para produção do vinho em maior escala, bem como sua comercialização para além de Serra das Pias, surge a lógica de corporação, o que gerou a COOPCAM e levou à maior organização dos envolvidos como uma instituição produtora.

A lógica de comunidade carrega consigo os aspectos histórico-sociais de compartilhamento e pertencimento, que são tão apreciados no local. Não obstante, a lógica de religião traz consigo os valores, símbolos e práticas comuns aos envolvidos, em geral católico. Tem-se como exemplo a tradição de orar e cantar canções religiosas durante a produção. Já a lógica da profissão traz uma forte ideia de valorização do agricultor, da terra e daquilo que por eles é produzido, trazendo assim um sentimento de orgulho e satisfação.

A lógica de Estado entra aqui como um dos agentes que ajudaram no desenvolvimento local. Órgãos estaduais e suas iniciativas, como o caso da PPA, SEDETUR, UNEAL, entre outros, trouxeram novas possibilidades e apoio administrativo à COOPCAM, impactando positivamente em seus processos.

A lógica de mercado, entretanto, é a única que ainda parece estar se estabelecendo. Apesar de os agricultores já venderem seus produtos há anos, as novas possibilidades de mercado ainda mostram-se nebulosas, bem como as adaptações que exigem. Questões de marketing, participações em feiras, padronização, clientes distantes, entre outros, ainda são fatores que mostram-se mais como percalços do que como oportunidades.

Ainda seguindo esta temática, Merabet (2020) indica que a lógica do Mercado, além de um mecanismo de alocação de recursos, é algo que, uma vez institucionalizado, pode influenciar como os atores percebem e medem os valores em trocas financeiras, carregando significados e práticas que atuam na organização da vida em sociedade.

O 'Vinho de Jaboticaba' passou a ser comercializado no ano de 2015, ou seja, a lógica de mercado apresenta-se como algo relativamente recente para a comunidade. Ainda há certas dificuldades para sua plena institucionalização, pois o produto deve atender a uma série de especificações as quais os Cooperados ainda enxergam de forma nebulosa e burocrática. Assim, a significação do mercado torna-se complexa, sendo o que lhes permite a comercialização dos produtos, porém, cercada de regras e procedimentos ainda turvos para os envolvidos.

4.2.2 Pouco percebido

Félix, Guarido Filho e Gonçalves (2015) definem as lógicas institucionais como regras e recursos bem organizados de forma repetitiva, recursiva. Já no campo, as regras não parecem tão claramente definidas e organizadas, embora de fato sejam recursivamente compartilhadas por todos, uma vez que incluem tradições repassadas ao longo de gerações.

Por fim, é apontado que as lógicas podem interagir, além de aproximação e semelhança, por diferença, distanciamento, divergência, tensão ou contradição (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORNTON; OCASIO, 2008; COSTA, 2018; TEIXEIRA; ROGLIO, 2015; PINCHETH; CRUBELLATE, 2019). Os autores denotam perspectivas semelhantes ao discutir quanto aos possíveis conflitos provocados por lógicas institucionais divergentes.

No campo, devido a uma noção de pertencimento que se difunde entre os indivíduos, as lógicas comuns aos mesmos aparentam ser mais complementares do que divergentes. No entanto, ao inserir a lógica de mercado, principalmente ao abordar as regras mercadológicas de fornecimento do produto, nota-se certa resistência por parte dos cooperados, que encontraram dificuldades ao se adequar a tais regras.

Quanto aos tópicos mais enfatizados no contexto da agroindústria e que puderam ser percebidos no contexto real, estão principalmente as questões que abordam lógicas institucionais no sentido de influências culturais, simbólicas e históricas, bem como a questões de pertencimento e senso de identidade.

Para os entrevistados, a COOPCAM aparece como uma alternativa, de modo que suas atribuições e práticas, normalmente são cercadas de ações ou atividades que carregam consigo simbologias particulares a estes. Fazem parte de seu estilo de vida, de quem são, de como se identificam, lhes gerando sentido lógico, ou seja, validação.

Além disso, também os faz atribuir valor à persona do agricultor, a qual traz consigo uma noção de representatividade histórico-cultural. O vinho ainda aparece como o objeto ao qual um valor é atribuído, colocando-o como uma simbologia do que a cooperativa representa. Indo além, como abordado pelos autores, as lógicas de família, mercado, estado, comunidade e religião aparecem fortemente no contexto da cooperativa, cada uma influenciando de alguma forma para o contexto lógico geral e interagindo entre si.

Já sobre os aspectos menos percebidos, estão as perspectivas de que as lógicas se dão de forma organizada e claramente definida. Embora os envolvidos tenham clareza quanto aquilo que acreditam e praticam, não é como se as lógicas se estabelecessem como regras as quais todos devem seguir, mas sim padrões seguidos implicitamente. Ademais, as lógicas presentes no campo, em geral, parecem se encaminhar para aproximação e não distanciamento, como sugerido.

4.3 Descrição-interpretação das relações institucionais vinculadas ao locus

Partindo para a perspectiva das Relações Institucionais, as instituições, segundo Sousa, Rocha e Abreu (2020), são o que permeiam o relacionamento entre indivíduos e organizações, exercendo influências nas atividades econômicas e sociais. As companhias, segundo os mesmos, exercem uma função central na criação e reforço de instituições.

Sobre as instituições ligadas à cooperativa e suas relações, temos, à princípio: O MPA, que motivou a formação inicial da agroindústria e é considerado o principal parceiro da cooperativa; EMBRAPA, que surge como apoio à dinamização de processos; AAGRA, como mobilizadora de canais de comercialização de produtos, levando, por exemplo, ao Alagoas maior, apontado aqui como **“um parceiro que vai trazendo outros parceiros”** (Cooperadoll); e SEBRAE e UFAL, agregando parceiros e motivando estudos e capacitação.

A Universidade Federal, vista aqui como um **“captador de oportunidades para a Coopcam”** (Cooperados II e IV), envolveu outras entidades externas, como a Casa da Indústria, na elaboração e registro da marca da Cooperativa; e também contou com a participação da UNEAL e do IFAL para conduzir pesquisas relacionadas ao semiárido. Na pesquisa, mencionou-se também o SEDETUR, no papel de incentivo ao turismo no local, e a IRPA, contribuindo como um projeto de fomento.

O MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, teria motivado o ‘pontapé’ inicial para a formação da cooperativa, sendo o local onde os cooperados teriam se organizado a princípio, colocado como o maior parceiro da agroindústria. Também existem parcerias com a Secretaria de desenvolvimento econômico e turismo e com a Secretaria de cultura. UNEAL e IFAL, já mencionados, iniciaram o envolvimento com a cooperativa mais recentemente. A Cáritas Diocesana presta apoio ao realizar doações esporádicas à COOPCAM.

Silva (2017) define que para alcance de progresso social, econômico e tecnológico, faz-se necessária a integração institucional, e, nesse sentido, nota-se como o envolvimento entre instituições encaminhou a Cooperativa a novas relações, que de algum modo, levam ao seu desenvolvimento. Neto (2018), coloca as Relações Institucionais como um método para solução de problemas, uma vez que viabilizam o estabelecimento de estratégias.

Isto pôde ser notado no ambiente da Cooperativa, uma vez que houve uma reação de cadeia, onde uma instituição levou a outra, de modo que cada pôde oferecer seus recursos e prestar apoio à produção e/ou comercialização, com a dinamização seu processo produtivo, trazendo qualificação técnica, e promovendo palestras, e seminários, além de agregar com estudos, no intuito de gerar visibilidade e construir um panorama metodológico do processo produtivo.

Nunes e Pereira (2016), pontuam ainda que para que este desenvolvimento seja efetivo, é preciso que as necessidades da sociedade sejam debatidas, estabelecendo uma rede de relações. Menciona-se neste momento, a importância das organizações atentarem-se à pluralidade de lógicas próprias e objetivos presentes na comunidade, de modo que esta tenha sua representatividade em destaque.

Pontua-se o empoderamento do agricultor, a força de sua cultura, aspectos religiosos e práticas comuns ao grupo. Logo, como colocado por Sá (2006), ao se envolverem em um projeto comum, as práticas das organizações devem alinhar-se ao perfil da comunidade, alicerçando-se em seus valores.

As relações institucionais, ao considerar que contemplam diferentes perspectivas, podem gerar pontos de vista conflitantes, porém não foram constatadas divergências entre os atores envolvidos. A única organização mencionada como afastada atualmente, seria o SENAR, que, apesar de ter-lhes prestado apoio no início, ausentou-se. Porém não foi estabelecida a causa desse distanciamento.

Quadro 6. Síntese da fundamentação sobre relações institucionais (continua)

Fundamento	Fonte	Percepção: alta (+); mediana (+-); baixa (-)			Locus
		+	+-	-	
As instituições cumprem um papel fundamental na formação das relações sociais, uma vez que são o que permeiam o relacionamento entre indivíduos e organizações, além de exercerem influências nas atividades econômicas, envolvendo sua criação e distribuição. O o atual corpo de estudo referente ao institucionalismo coloca as companhias como fatores que exercem uma função central na criação e reforço de instituições.	Sousa; Rocha; Abreu (2020)	X			As instituições participam direta e indiretamente nas atividades exercidas na COOPCAM.
"Espera-se que as organizações estejam em conformidade com os padrões locais de adequação".	Sousa; Rocha; Abreu (2020)	X			As instituições envolvidas mostraram-se amigáveis à realidade da COOPCAM.

O homem sempre esteve em busca do progresso social, econômico e tecnológico e que, para o alcance desses objetivos é preciso que haja integração institucional.	Silva (2017)	X			A integração institucional levou a COOPCAM à comercialização do Vinho de Jaboticaba.
As relações institucionais, quando eficazes, como um método para solução de problemas, além de contribuírem para o estabelecimento de estratégias, indicam uma atividade dinâmica que deve se estabelecer de forma alinhada com os objetivos da organização.	Neto (2018)	X			Criou-se uma cadeia de relações voltadas ao alcance de objetivos.
As dinâmicas envoltas da relação institucional possuem impacto nos modos pelos quais as instituições são endereçadas, se encaminham.	Sousa; Rocha; Abreu (2020)	X			A mecânica estabelecida fez com que surgissem novas atitudes, objetivos, oportunidades e interesses.
As relações institucionais circundam o âmbito privado, empresas, órgãos internacionais e de terceiro setor envolvendo-se em suas articulações e planejamentos.	Venuto; Fayet; NAVARRO (2019).	X			As relações no campo envolveram instituições públicas, privadas, governamentais, e estaduais.
As relações são espécies de arranjos e que no momento em que os atores interagem entre si, trazem à tona uma carga simbólica, o que influencia no como se darão estes relacionamentos, podendo gerar pontos de vistas cooperativistas ou conflitantes.	Scott (1995)	X			Cada instituição traz consigo diferentes tipos de arranjos, raciocínios e comportamentos.
A divergência de pontos de vista pode ocorrer como um reflexo de uma exploração sistemática das contradições presentes nos níveis individuais e sociais.	Costa; Teixeira (2013)		X		Não se pôde notar uma clara divergência de pensamentos, mas houve ruptura com uma instituição.
Para que o desenvolvimento social ocorra, é necessário que haja interação entre atores sociais e políticos de modo que as necessidades da sociedade sejam debatidas, construindo assim uma rede de relações.	Nunes; Pereira (2016)	X			A relação entre agentes sociais e políticos trouxe à luz os desejos da sociedade, contribuindo com o desenvolvimento local.
As relações devem se dar de modo flexível, oferecendo opções de sistematização para os níveis políticos e estratégicos da instituição.	Neto, (2018)	X			As relações, serviram como ponte para que novas instituições pudessem prestar sua contribuição.
Reflexão coletiva seria um modo de deixar claras as razões pelas quais as instituições estão se unindo em prol de determinado projeto, visando evitar as disputas de poder.	Sá et al (2006)	X			A questão da reflexão coletiva parece ter se dado de forma implícita.
Relativo à reflexão coletiva, há a cogestão, onde há foco no diálogo e compartilhamento de poder.	Oliveira; Campos (2015)			X	O diálogo não se dava de forma clara entre instituições. Não se pôde notar uma noção de compartilhamento de poder entre as mesmas.
A polarização político-partidária ainda é um dos mais importantes fatores de obstáculo ao desenvolvimento [...] das localidades”	Sá; Yuasa; Pincovsky (2006, p.43).			X	Os posicionamentos políticos não foram percalços.
“Até que ponto podem ser porta-vozes de propostas que implicam em articulação, intersetorialidade, participação efetiva, equidade, empoderamento se suas práticas não estiverem alicerçadas nesses mesmos valores ou ainda não tornam esses princípios os lemas de suas práticas diárias, de uma presumida interinstitucionalidade em torno de um projeto comum?”	Sá (2006, p.60)	X			Ao se relacionar com as instituições, os aspectos intrínsecos aos membros da COOPCAM, seus objetivos e interesses são esclarecidos. Assim, as noções compartilhadas na COOPCAM passam a

					ser compartilhadas também entre as instituições envolvidas.
Questiona-se quanto à dificuldade da união entre instituições. Como atores externos podem se integrar à comunidade de modo que possam transmitir suas perspectivas e apresentar suas sugestões, considerando que esta –a comunidade– já possui suas próprias convicções, processos e articulações.	Sá (2006)		X		Os envolvidos estavam abertos ao aprendizado e sugestões externas. Isso, somado ao respeito notado entre instituições, fez com que as relações se dessem de forma horizontal.
“Cada integrante traz seu caráter particular, suas interações sinérgicas, disponibilidades, crenças e objetivos”	Andrade et al (2016, p.65)	X			Cada instituição possuía próprios conhecimentos e convicções a serem compartilhados.
Representatividade é uma garantia de que as decisões coletivas serão legitimadas.	Lira et al (2015)	X			Os agricultores são vistos como os personagens principais desta narrativa.
A democratização só pode ser efetivada uma vez que as relações institucionais forem redimensionadas.	Guizardi; Pinheiro (2012)			X	A democratização do processo aparentou se dar de forma natural.
Questiona-se como essas instituições podem se ouvir e se entender, conviver. Para que esse relacionamento se concretize de modo eficaz, é preciso que haja um interesse ou ideia comum, de modo que gere esforço de todos os lados. Ao se relacionarem, as instituições devem aprender sobre si mesmas e sobre seus aliados naquele momento, de modo que “as diferenças institucionais devem ser aprendidas e respeitadas”.	Sá (2006, p.70).		X		Os interesses da COOPCAM se tornaram comuns entre as instituições. No relacionamento, houve respeito e valorização dos pontos importantes para os produtores.
A democratização coloca o homem como “sujeito das decisões coletivas, num gerir que se torna assim tanto coletivo como, de fato, público.”	Guizardi; Pinheiro (2012, p. 429)	X			Foram geradas decisões que se apoiam na coletividade.
No que concerne a participação internacional, é necessário entender para que se possa participar de algo.	Roberto Olinto Ramos (2018)		X		O contexto foi compreendido para que se fosse aplicado aquilo que melhor pudesse atender as demandas.

Fonte: elaboração própria

O estudo das Relações Institucionais, uma vez que se dedica a compreender as relações entre organizações que compõem um ambiente à medida que este se forma e se adapta, tem ganhado força, visto que as organizações precisam lidar com a complexidade crescente de se atuar em campos cada vez mais abrangentes e manter interações com diversos atores que compõem o micro e o macro. Dito isso, tal como com as lógicas institucionais, é possível separar tópicos quanto ao que pôde ser muito percebido, pouco percebido ou não percebido.

4.3.1 - Muito percebido

Silva (2017), reconhece a necessidade de haver integração institucional para alcance de progresso social, econômico e tecnológico. A integração institucional foi o que levou de fato a COOPCAM à comercialização do Vinho de Jaboticaba, bem como às alterações no processo produtivo para se adequar às exigências do mercado. Aqui os atores como a MPA, AAGRA, SEBRAE, IFAL E UFAL propuseram grandes alterações ao fluxo produtivo, o que interfere em todo o cenário e insere a lógica de mercado no contexto.

Para Scott (2014), as relações institucionais são arranjos que trazem consigo uma carga simbólica, capaz de influenciar como se darão os relacionamentos entre os atores em interação, podendo vir a provocar perspectivas cooperativistas ou conflitantes.

Foi possível notar que cada instituição possui uma carga diferente, bem como diferentes tipos de arranjos, raciocínios e comportamentos. As relações observadas se desenvolveram em uma perspectiva cooperativista, de modo que a interação e troca de conhecimentos se deu de forma bilateral e a multidimensionalidade, visto os diferentes agentes envolvidos, pôde imperar.

E essas interações, ou dinâmicas, que circundam as relações institucionais, para Sousa, Rocha e Abreu (2020), impactam nas formas pelas quais as instituições se encaminham. A mecânica estabelecida no campo, na qual a COOPCAM passou a sofrer influências externas de diversas instituições, fez com que, respeitando os limites culturais, diferentes atitudes fossem tomadas durante o processo, bem como atuou para que novos objetivos, oportunidades e interesses surgissem.

Os agricultores, que a princípio vendiam seus produtos entre a população local, quiseram alcançar o interior, a capital e indo além, contando com as novas relações, vender para o nordeste e Brasil. Na perspectiva da mudança de encaminhamento, vale mencionar que na última oficina, representantes do Governo local informaram ter surgido a possibilidade de exportação do produto para a China, de modo que a comercialização passaria a tomar rumos até então inesperados.

Ainda segundo a visão de Sousa, Rocha e Abreu (2020), as instituições cumprem um papel fundamental na formação das relações sociais, uma vez que são as que permeiam o relacionamento entre indivíduos e organizações, além de exercerem influências nas atividades econômicas, envolvendo sua criação e distribuição. O atual corpo de estudo referente ao institucionalismo coloca as companhias como fatores que exercem uma função central na criação e reforço de instituições.

Sobre o que pôde ser percebido na prática, ao se relacionarem com a COOPCAM, as instituições como AAGRA, IFAL, MPA, EMBRAPA, UFAL e SEBRAE participam direta e indiretamente nas atividades exercidas no campo, influenciando desde a concepção, produção, até a comercialização. Isto por sua vez inclui interações entre instituições em uma troca mútua de conhecimentos empíricos e teóricos, enriquecendo todos os lados, gerando contribuição para os envolvidos a nível individual e institucional.

Sousa, Rocha e Abreu (2020) salientam a importância de as organizações estarem em harmonia com os padrões locais de adequação instituídos. Ao participar de um jogo, é importante que se conheçam suas regras e seus participantes. Aqui, trata-se do semiárido alagoano, e seus participantes são os agricultores da COOPCAM, pessoas em geral religiosas, com forte conhecimento empírico, cujo histórico sócio-cultural é fator determinante de sua forma de agir e produzir.

Desse modo, ao adentrar nesse campo, é indispensável conhecer, aprender e se adequar à realidade daqueles que já estão lá há gerações. Dito isso, as instituições envolvidas apresentaram-se amigáveis a esta realidade, constituindo

relações de respeito e aprendizado compartilhado, levando ao desenvolvimento da cooperativa como produtora de Vinho de Jabuticaba.

Outro tópico importante, na perspectiva de Neto (2018), é que essas relações sejam flexíveis, oferecendo opções de sistematização para os níveis políticos e estratégicos da instituição. As relações mantidas, por diversas vezes, serviram como ponte para que novas instituições pudessem prestar sua contribuição, ampliando assim as opções e possibilidades estratégicas e estruturais.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ao permitir a organização da cooperativa, abriu as portas para que a COOPCAM tivesse acesso às possibilidades de mercado e parcerias. Tal processo fez com que fosse criada uma espécie de rede, onde órgãos como a PPA, SEDETUR, UNEAL, IFAL e a própria UFAL atrásem uns aos outros e, conhecendo os objetivos da COOPCAM, ajudassem em seu desenvolvimento.

A sistematização tem sua relevância revelada ao considerar que as relações institucionais circundam o âmbito privado, empresarial, de órgãos internacionais e de terceiro setor envolvendo-se em suas articulações e planejamentos. (VENUTO; FAYET; NAVARRO, 2019).

As relações tomadas no campo, como dito, a fim de proporcionar mudanças estruturais, produtivas e estratégicas, envolveram instituições públicas, privadas, governamentais e estaduais. É interessante pontuar que, apesar da relação direta e troca de informações com a própria COOPCAM, em geral, as instituições não mantinham relações ou troca de informações uniformemente entre si. Este contato entre instituições envolvidas, embora prescindível, seria útil para o alinhamento de objetivos, estratégias e informações repassadas.

Tal concepção leva as alternativas de desenvolvimento, a respeito das quais Neto (2018), pontua que, uma vez que se dêem de maneira eficaz, as relações institucionais podem atuar como um método para solução de problemas e contribuir para elaboração e uso de estratégias que operem dinamicamente e em de forma alinhada com a instituição/organização.

Os principais interesses da instituição central, no caso a COOPCAM, incluíam o aprendizado de práticas produtivas e de gestão, adequação dos produtos para o mercado, e a comercialização para além do território de Serra das Pias. Com base nisso, cria-se uma cadeia de relações voltadas ao alcance de tais objetivos. A atuação do MPA como primeiro agente intermediário foi o que permitiu, a princípio, a organização dos produtores como cooperados, abrindo portas para que outras instituições pudessem interagir para ampliar e alcançar os objetivos da cooperativa.

Quanto ao desenvolvimento a nível social, para Nunes e Pereira (2016), este se dará a partir da interação entre atores sociais e políticos de modo que as necessidades da sociedade sejam debatidas, construindo uma rede de relações. A COOPCAM, nessa perspectiva, age como agente social, trazendo à tona as necessidades dos agricultores e residentes da região de Serra das Pias.

Como já estabelecido, relações foram desenvolvidas com o Governo local, a fim de que os objetivos se ampliassem, relações essas que facilitaram conexões com outras regiões e até mesmo com o exterior, como a já mencionada

possibilidade de exportação para a China. Logo, concordante com o raciocínio do autor, a relação entre agentes sociais e políticos trouxe à luz os desejos da sociedade e posteriormente contribuiu com o desenvolvimento local.

Ao abordar o desenvolvimento social, é importante pontuar sobre o indivíduo e as diversas questões intrínsecas que entram em contato/conflito ao participar de um campo onde múltiplas instituições se relacionam. Pois “cada integrante traz seu caráter particular, suas interações sinérgicas, disponibilidades, crenças e objetivos” (ANDRADE et al, 2016, p.65). Cada instituição integrante do campo relacional possuía seus próprios conhecimentos e convicções a serem compartilhados, de modo que cada pôde prestar sua contribuição em um ângulo diferente das demais.

Quanto a possíveis conflitos de ideais, Lira et al (2015), indica que a representatividade seria uma forma de garantir que as decisões coletivas sejam legitimadas. No contexto do estudo, a representatividade do agricultor e do próprio semiárido foram aspectos-chave durante o processo de institucionalização e nas relações desenvolvidas.

No geral, a aplicabilidade das ações tomadas tinham como base os valores e os conhecimentos próprios dos produtores, jamais descartando seus saberes empíricos e as práticas culturais e religiosas que acompanham o processo. Os agricultores são vistos como os personagens principais desta narrativa.

Para Guizardi e Pinheiro (2012), em um contexto democrático, o homem é o sujeito das relações coletivas, o que faz com que estas devam ser tomadas de forma a acompanhar e condizer com a coletividade, criando um gerir público. No que pôde ser visto, a comunidade apresenta uma relação de união e comunhão.

Assim sendo, os anseios e desejos dos agricultores para com a cooperativa, e conseqüentemente com as demais instituições, se dão de forma harmoniosa e clara, gerando decisões que se apoiam na coletividade e avançam no campo relacional que foi estabelecido.

Considerada a relevância da representatividade o valor do pensamento individual, pergunta-se “até que ponto podem ser porta-vozes de propostas que implicam em articulação, intersetorialidade, participação efetiva, equidade, empoderamento se suas práticas não estiverem alicerçadas nesses mesmos valores ou ainda não tornam esses princípios os lemas de suas práticas diárias, de uma presumida interinstitucionalidade em torno de um projeto comum?” (SÁ, 2006, p.60).

Como já abordado na análise das Lógicas Institucionais, os indivíduos que integram a COOPCAM possuem um senso comum de compartilhamento e de empoderamento do agricultor, bem como da valorização dos aspectos histórico-culturais existentes no contexto em que estão inseridos.

Nesse sentido, ao estabelecer contato com as demais instituições, os aspectos mencionados são esclarecidos, bem como os objetivos e interesses da instituição, de modo que, mesmo implicitamente, as instituições envolvidas passem a interagir com os integrantes da cooperativa considerando esses aspectos, de modo que, mesmo que não integralmente, as noções compartilhadas na COOPCAM passem a ser compartilhadas também com as demais instituições envolvidas, ao menos no que pôde ser percebido.

Na perspectiva da UFAL, houve uma forte valorização dos conhecimentos empíricos dos agricultores, bem como de suas crenças, suas percepções a respeito de seu papel, do que produzem e do ambiente em que vivem. Aspectos esses que foram levantados multidisciplinarmente como base para análise das lógicas institucionais, para elaboração de design e campanhas de divulgação e para prestação de auxílio aos processos produtivos e de adequação ao mercado.

Considerados esses aspectos, questiona-se como essas instituições podem se ouvir e se entender, conviver. Para que esse relacionamento se concretize de modo eficaz, é preciso que haja um interesse ou ideia comum, de modo que gere esforço de todos os lados.

Ao se relacionarem, as instituições devem aprender sobre si mesmas e sobre seus aliados naquele momento, de modo que “as diferenças institucionais devem ser aprendidas e respeitadas”. Para o autor, a reflexão coletiva seria um modo de deixar claras as razões pelas quais as instituições estão se unindo em prol de determinado projeto, visando evitar as disputas de poder. Sá (2006); (SÁ, 2006, p.70).

Os interesses da COOPCAM incluem a atualização das práticas de gestão, padronização, adaptação do produto ao mercado e comercialização do Vinho de Jaboticaba, bem como de produtos derivados, carregando suas significações e história. Interesses que se tornaram de conhecimento comum entre as demais instituições, de forma que as práticas ensinadas e as sugestões dadas trouxessem consigo o respeito e a valorização dos pontos que eram importantes para os produtores. A questão da reflexão coletiva parece ter se dado de forma implícita.

Como já pontuado, não havia um contato frequente ou tão direto entre as instituições envolvidas com a COOPCAM. Entretanto, quem estava envolvido parecia ter a percepção comum de valorização do papel do agricultor na sociedade e desejo de atuar no desenvolvimento local, bem como na ampliação da venda dos produtos.

Por fim, no que se refere às interações entre instituições, Roberto Olinto Ramos (2018) explicam que, na participação internacional, é necessário entender para que se possa participar de algo. O contexto, a situação, os conhecimentos empíricos, as próprias pessoas e suas percepções tiveram que ser entendidas para que se fosse aplicado aquilo que melhor pudesse atender às suas expectativas e que se adequasse corretamente à realidade local.

4.3.2 - Pouco percebido

Na visão de Costa e Teixeira (2013) a divergência de pontos de vista pode ocorrer como um reflexo de uma exploração sistemática das contradições presentes nos níveis individuais e sociais. Apesar das já mencionadas diferenças comportamentais, sociais e entre outras, não se pôde notar uma clara divergência de pensamentos. Entretanto, é preciso pontuar que houve ruptura com uma das instituições que se envolveram no início, porém os motivos pelos quais o SENAR teria se afastado das ações da Cooperativa não ficaram claros.

Ainda quanto à divergência de pontos de vista, Sá (2006) questiona-se como atores externos podem se integrar à Comunidade de modo que possam

transmitir suas perspectivas e apresentar suas sugestões, considerando que a mesma já possui suas próprias convicções, processos e articulações.

Naturalmente, o conflito entre perspectivas, considerando as diferenças diversas entre os atores envolvidos, é um ponto a ser avaliado. No contexto, é válido destacar que, apesar das convicções e percepções já estarem claramente estabelecidas na instituição principal, os seus componentes estavam muito abertos ao aprendizado e à aceitação de sugestões externas. Isso, somado ao respeito que pôde ser notado entre instituições, fez com que as relações se dessem de forma horizontal, logo, pontos de vista conflitantes não puderam ser percebidos.

4.3.3 - Não percebido

Segundo Guizardi e Pinheiro (2012), a democratização só pode ser efetivada uma vez que as relações institucionais forem redimensionadas. A democratização do processo aparentou dar-se de forma natural, independente de redimensionalizações institucionais.

Para Sá et al (2006), a oposição político-partidária ainda persiste como um forte entrave para o desenvolvimento local. Os posicionamentos políticos percebidos eram em geral concordantes entre os cooperados. Não foi uma questão presente entre as demais instituições.

Por fim, para Oliveira e Campos (2015), Relativo à reflexão coletiva, há a cogestão, onde há foco no diálogo e compartilhamento de poder. Como já pontuado anteriormente, no relativo às instituições envolvidas, o diálogo não se dava de forma tão ampla entre todas, notou-se menos ainda uma noção de compartilhamento de poder.

A perspectiva era mais individualista, de modo que cada instituição que prestara sua contribuição, a comunicação mor se dava com a própria COOPCAM. É na Cooperativa, entre os indivíduos que a compõem, em que se percebe a noção de compartilhamento de poder.

Os pontos que puderam ser muito percebidos no campo estudado foram aqueles que abordam sobre o uso das relações institucionais como uma forma de desenvolvimento, que pode ocorrer em vários níveis -estratégico, tecnológico, social, comercial, etc-, o que por sua vez depende de um alinhamento/integração entre instituições -que podem envolver agentes privados, públicos e outros- e bom uso de ferramentas multidisciplinares.

Foi possível ver isso na realidade institucional da COOPCAM, uma vez que, com a entrada de outras instituições, surgiram alternativas e meios de avanço, seja produtivo ou comercial, o que leva à noção de que a interação influencia diretamente no caminhar das instituições, mostrando como as relações sociais, muitas vezes flexíveis e que abrem um novo leque de opções e oportunidades, também fazem parte desse processo.

Aqui destaca-se ainda como muito percebida a importância de entender que cada instituição possui lógicas próprias e cargas simbólicas que estarão presentes nessa interação entre atores, e para que a relação se dê de forma positiva, é necessário que isso seja compreendido e respeitado, levando à harmonia nas relações.

Em contrapartida, questões como o distanciamento institucional por divergências de pensamentos foram pouco percebidas. Já o que não foi percebido, foram as noções de possíveis afastamento por oposições políticas, ou ainda um grande foco no diálogo entre as instituições envolvidas. O diálogo, era mantido entre as instituições e a própria COOPCAM, mas não entre as próprias instituições, as mesmas não compartilhavam de senso de cogestão, o foco era contribuir para a própria COOPCAM. Ademais, a necessidade de uma redimensionalização para funcionalidade das interações, não ficou aparente.

Figura 5. Estrutura das Relações Institucionais



Fonte: Elaboração própria

A figura acima foi elaborada para representar as entidades que compõem o campo relacional estudado. A COOPCAM surge no centro, uma vez que aparece como a instituição principal, a qual as demais prestam apoio em diversos sentidos. O quadro acima sintetiza ainda as influências e atividades exercidas pelas instituições presentes, representando, desse modo, como se dá a rede relacional de caráter desenvolvimentista.

Quanto à estrutura, as instituições que aparecem mais próximas da COOPCAM, são aquelas que lhe prestaram apoio inicial e possibilitaram a entrada das demais que aparecem logo em seguida, ou ainda, como no caso da Cáritas Diocesanas, que se aproxima por meio da crença religiosa da maioria local.

O MPA, por sua vez, segue ainda como a instituição mais próxima da agroindústria, uma vez que é por meio dela que a COOPCAM se organiza, sendo a

mesma que deu início à extensão da rede relacional, entrando em contato com outras instituições.

A respeito das demais organizações, foi possível perceber, mesmo que não de forma intensa, uma maior proximidade entre as que possuíam lógica de Estado -mas também aproximavam-se da lógica de mercado-, como UFAL, IFAL e UNEAL; EMBRAPA, por sua vez aproximava-se mais unicamente da própria COOPCAM, o mesmo para SEDETUR e AAGRA. O SENAR, como já esclarecido, distanciou-se do campo por motivos não explicitados. Assim sendo, as lógicas de religião, mercado, comunidade e estado aparecem em meio à rede de relações.

5. Considerações Finais

Para a pesquisadora, o olhar da administração para o campo do semiárido, sob a perspectiva do institucionalismo, é importante pela possibilidade de abordar um ambiente extremamente rico em aspectos históricos, culturais, produtivos e organizacionais. É um campo no qual a administração pode impactar significativamente nos níveis de desenvolvimento aplicando conhecimentos e elementos próprios da área.

É possível ver a COOPCAM com um olhar organizacional/empresarial, pois esta vem tomando forma e se moldando conforme as necessidades de adaptação ao mercado e aderindo a novos meios de manufatura para alcançar padronização e evitar desperdícios. Ainda é possível avaliar a instituição a nível interpessoal, considerando as lógicas seguidas pelos indivíduos e as influências que indicam seus comportamentos, sua forma de organização, e a forma de interagir com a cooperativa.

Assim, quanto ao que pôde ser percebido, concluiu-se que todas as instituições presentes em campo têm impactado de modo benéfico nos processos produtivos, seja com apoio teórico, com a realização de seminários e treinamentos técnicos; seja de modo prático, ajudando na organização, divulgação e comercialização –reduzida– dos produtos.

Os objetivos foram participar nos métodos de gestão da cooperativa e, neste tema em específico, entender as lógicas presentes no campo, bem como reforçar as relações institucionais que beneficiam os grupos produtivos.

Assim, este estudo desempenhou o papel de planificar as instituições presentes para melhor compreensão de seus papéis e de como estas têm influenciado no desenvolvimento dos processos produtivos e gestão da Cooperativa, tal como ampliou o estudo institucional em um campo ainda pouco explorado, no caso, o semiárido alagoano.

A teoria utilizada teve como base a abordagem do institucionalismo, mais especificamente os estudos a respeito das lógicas institucionais e das relações institucionais, conforme material encontrado em periódicos categorizados na plataforma Sucupira, QUALI-CAPES.

No que se refere às relações institucionais, em geral os autores pontuam a necessidade de avanço e o uso das relações institucionais como ferramenta para alcançar isso. Silva (2017), sugere a integração institucional como um meio de alcançar progresso, o que foi relevante ao avaliar o campo relacional abordado, no qual se pôde perceber que as instituições ainda, em parte, relacionam-se de modo a atrair novos órgãos para a Cooperativa, aumentando a rede Institucional presente no campo.

Entretanto, apesar de tal prestação de apoio, a COOPCAM, conforme entrevistados, ainda encontra dificuldades no que se refere à comercialização. Dificuldade esta que se dá principalmente devido ao viés jurídico, que, ao exigir uma série de especificações, causa certas limitações no tráfego do produto.

Desse modo, a instituição Mercado aparece de modo ainda distante, logo, se faz importante a presença de mais instituições que viabilizem o cumprimento destas questões de viés jurídico. Neste sentido, no presente projeto a UFAL prestou apoio na criação de logomarca e na efetivação de contatos com órgãos responsáveis por autenticação e patente.

A respeito das Lógicas Institucionais, as quais aparecem, em geral, de acordo com o conceito estabelecido por Scott (2008), que as coloca como elementos carregados de simbologias/aspectos culturais que atribuem significado às ações e vida dos indivíduos. Desse modo, notou-se que os cooperados possuem fortes ideais a respeito de compartilhamento, empoderamento do agricultor e propriedades religiosas.

A cultura é respeitada e repassada através de canções, histórias, e entre outros, mostrando-se presente não somente na personificação dos indivíduos, como também em seus meios de produção, de modo que se torna parte do processo, uma vez que este conta com cantos, conversas e dizeres sobre o contexto histórico ali presente.

Entende-se o papel do agricultor, a importância dos saberes que atravessam gerações e cultiva-se um forte viés de fé. O compartilhamento não se limita apenas ao conhecimento ou à cultura, mas de igual modo, divide-se o que há no prato, o que se produz, o que se conquista. A COOPCAM é vista aqui como uma alternativa ao agricultor, um meio de fazer com que seu produto seja visto e seu esforço recompensado.

Por fim, levantados, discutidos e analisados os dados encontrados na teoria e na prática de acordo com o método de Pesquisa-Ação, este estudo se conclui com a realização de oficinas para apresentação de tudo o que foi abordado, aos

participantes da Cooperativa, no intuito de obter seu retorno a respeito, tal como objetiva-se também a divulgação do estudo em meios científicos.

Coloca-se em pauta ainda, a idealização de um mapa mais completo à respeito das Instituições presentes em campo, onde estas devam se dispor em ordem de aproximação e onde seus papéis sejam destacados para melhor compreensão por parte daqueles que compõem a Cooperativa.

A metodologia utilizada foi a de pesquisa-ação, que consiste na observação e participação ativa no campo com tomada de ações que visam impactar positivamente no campo. A pesquisa-ação consiste em quatro fases, sendo elas: exploratória, analítica, ativa e avaliativa.

O uso da metodologia de Pesquisa-ação permitiu uma abordagem mais participativa, contando com visitas e entrevistas, podendo assim compreender melhor a visão dos participantes do estudo, além de, ao contar com fases iniciais exploratória e analítica, permitir ampliar a visão sobre o local e a respeito da produção agroecológica no semiárido de alagoas.

Quanto às limitações do estudo, foi possível perceber algumas dificuldades quanto ao acesso às outras instituições envolvidas, de modo que as informações a respeito das relações a nível institucional vieram dos próprios cooperados, o que pode ter gerado algumas lacunas a respeito do contato, o papel dessas organizações junto à COOPCAM e a respeito das interações mantidas.

O SEBRAE foi a única instituição com a qual se pôde ter contato direto, que ainda assim foi limitado. Indo além, o estudo ter sido iniciado em meio à pandemia causada pela COVID-19, fez com que o contato inicial com o campo se desse de forma limitada, partindo de fotos e vídeos.

Como sugestões para estudos futuros há possibilidades de avançar com os conceitos do institucionalismo em contextos regionais diferentes do semiárido alagoano, trazendo a chance de compreender como se moldam as organizações e como se dão as relações e lógicas considerando aspectos culturais, regionais, sociais e históricos diversos.

Há potencial ainda para ainda influenciar, a partir do olhar da administração, no desenvolvimento de instituições locais, uma vez que permite compreender o impacto das lógicas na organização interna, nos elementos presentes durante o processo produtivo e no próprio produto final.

Referências

ANDRADE, C. C. et al. Análise do capital institucional na incubadora de empresas de base tecnológica: um estudo de caso no município de Itajubá – MG. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 7, n. 1, 11 mar. 2016.

COSTA, C. E. S. DA. Ação e heterogeneidade de lógicas institucionais na construção da convivência com o semiárido em Alagoas. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29372>>.

COSTA, C. E. S.; SILVA, J. É. S.; ALVES, F. F. RECORTE HISTÓRICO – 1990 A 2015 – DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA LÓGICA INSTITUCIONAL COMUNIDADE E A CRIAÇÃO DE UM INSTITUTIONAL WORK VOLTADO A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO ALAGOANO.

COSTA, C. E.; NETO, J. R.; ANDRADE, J. A. HETEROGENEIDADE DE LÓGICAS INSTITUCIONAIS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, mai 2018.

COSTA, M. C.; GUARIDO FILHO, E. R.; GONÇALVES, S. A. Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro. *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, n. 4, p. 99-119, 2013.

COSTA, M. C.; TEIXEIRA, M. G. Institutional logics and social mechanisms: a pragmatic multilevel perspective. *Revista de Administração da UFSM*, v. 6, n. 2, 5 jul. 2013.

CRUZ, Guillermo. A DINÂMICA INSTITUCIONAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O ALCANCE DAS INSTITUIÇÕES. *Revista de Ciências da Administração*, v. 17, n. 42, p. 95–105, 2015.

FAVERO, M. B.; GUIMARÃES, A. F. Lógicas Institucionais: Um Estudo em uma Organização Privada de Ensino Superior do Sul do Brasil. *Revista de Administração IMED*, v. 9, n. 1 (Janeiro-Junho), p. 150–166, 2019.

FELIX, I. M. N.; GUARIDO FILHO, E. R.; GONÇALVES, S. A. Isomorfismo Normativo Versus Isomorfismo Mandatário na Adoção de Práticas Organizacionais. *Revista Organizações em Contexto*, v. 11, n. 22, p. 383–419, 30 dez. 2015.

FERREIRA, Alais Souza; BERLATO, Larissa Fontoura; FIGUEIREDO, Luiz Fernando; BRAVIANO, Gilson. Pesquisa-ação: relações com o design. *DATA Journal*, v.5, n.1, 2020.

FRIEDLAND, R. et al. The institutional logics of love: measuring intimate life. *Theory and Society*, v. 43, n. 3-4, p. 333–370, 3 jun. 2014.

FRIEDLAND, R; ALFORD, R.R. (1991). *Bringing society back in: symbols, practices, and institutional contradictions*.

GONÇALVES, Rosana. FREGONESI, Mariana.; MOREIRA, Vanessa. Respostas a lógicas institucionais conflitantes: um estudo da participação nos lucros e resultados. v. 27, n. 92, p. 70–94, 1 mar. 2020.

GOOGLE

MAPS.

Disponível

em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Palmeira+dos+C3%8Dndios,+AL/Nossa+Serra,+Av.+Fernando+Calixto,+5000+-+Palmeira+de+Fora,+Palmeira+dos+C3%8Dndios+-+AL,+57608-010//@-9.3427472,-36.6930994,757m/data=!3m1!1e3!4m15!4m14!1m5!1m1!1s0x7065ec37bf2bc71:0x1eb4b22c0a2eb5b4!2m2!1d-36.6322917!2d-9.4120373!1m5!1m1!1s0x7065fc9e467a9b7:0xed56d37b31732fdc!2m2!1d-36.6398227!2d-9.3990904!1m0!3e0?entry=ttu>>. Acessado em: 10 de setembro de 2023.

GUIZARDI, F. L.; PINHEIRO, R. Participação política e cotidiano da gestão em saúde: um ensaio sobre a potencialidade formativa das relações institucionais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, p. 423–440, jun. 2012.

LAWRANCE, Thomas; SUDDABY, Roy. (2006). *Institutions and institutional work*. 10.4135/9781848608030.n7.

LAWRENCE, Thomas B. SUDDABY, Roy. LECA, Bernard. eds.: Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations. *Administrative Science Quarterly - ADMIN SCI QUART*. 55. 673-676. 10.2189/asqu.2010.55.4.673. 2009.

LIRA, R. A. et al. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS CONSELHOS MUNICIPAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. Universidade de Santa Cruz do Brasil VII Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, set. 2015.

LODI, Marluce Dantas de Freitas; THIOLENT, Michel Jean Marie; SAUERBRONN, João Felipe Rammelt. Uma Discussão Acerca do Uso da Pesquisa-ação em Administração e Ciências Contábeis. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, *Rio de Janeiro*, v.13, n.1, jan/abr, 2018.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GUARIDO FILHO, Edson R.; ROSSONI, Luciano. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, p. 109-147, 2010.

MERABET, D. D. O. B. ESTUDOS CONSTRUTIVISTAS DE MERCADO E LÓGICAS INSTITUCIONAIS: PROPOSIÇÃO DE UM QUADRO ANALÍTICO PARA UMA ORGANIZAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 17, n. 3, p. 79, 21 out. 2020.

NETO, José Ramalho Vaz de Britto. Informativo Estratégico. Ano 4. Nº 10. Dezembro, 2018. Brasília. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército*. 27 p. ISSN:2525-7102. As Relações Institucionais no Exército Brasileiro.

NUNES, Fernanda Araújo. PEREIRA, Anette Santiago. Quando a face da cultura aparece: um estudo sobre a rede de relações institucionais para a formação das políticas públicas de cultura no município de Parnaíba- PI. PASOS, **Rev. de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 14, N. 5. P 1123 - 2016. (2016).

OLIVEIRA, M. M. DE; CAMPOS, G. W. DE S. Matrix support and institutional support: analyzing their construction. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 1, p. 229–238, jan. 2015.

PICHETH, S. F.; CRUBELLATE, J. M. Mudança, lógicas institucionais e emergência de novos atores: a renaturalização da maternidade no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 26, p. 486–512, 2019.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. [s.l.] University of Chicago Press, 1991.

RAMOS, Roberto Olinto. *Relações internacionais em notícias*. IBGE. N.1/1º sem. 2018.

SÁ, Ronice Francisco de. Coerência, colaboração, diálogo e integralidade de fora para dentro: o papel das instituições exógenas In Ronice Franco de Sá, Motoyuki Yuasa e Valdilene Pereira Viana. *Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil – Conceitos, Metodologia e Relações Institucionais*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006. p.59-72.

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations: ideas and interests*. 3. ed. Los Angeles: Sage, 2008.

SELZNICK, P. **A Liderança na administração**: uma interpretação sociológica. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

SILVA, Layla. **A importância das relações institucionais e do sistema de incubação**: Uma análise da eficiência dos municípios mineiros em promover o desenvolvimento. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – *Instituto de Ciências Sociais aplicadas*, Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais. 2017.

SOUSA, André Luiz Castro de. ROCHA, Robson Silva SØ. ABREU, Mônica Cavalcanti Sá de. Institutional permissiveness in the context of government-business relations. **REV. ADM, UFSM**. V. 13, n. 5, P. 1073-1092, 2020.

TEIXEIRA, M. G.; ROGLIO, K. D. D.; FERREIRA, J. M. Reflexões Ao Campo De Processo Decisório A partir Da Abordagem De Lógicas Institucionais. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 10, n. 4, p. 668–687, 2017.

TEIXEIRA, Maísa Gomide. ROGLIO, Karina de Déa. As influências da dinâmica de lógicas institucionais na trajetória organizacional: o caso da cooperativa veiling **Holambra**. v.12, n.1, p. 1-37, jan/fev, 2015.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 17^a. ed. São Paulo: Cortez, 2009, 132p.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional Logics and the Historical Contingency of Power in Organizations: Executive Succession in the Higher Education Publishing Industry, 1958– 1990. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 3, p. 801–843, Nov. 1999.

THORNTON, Patrici; LOUNSBURY, Michael. *The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure and Process*. 10.1093/acprof:oso/9780199601936.001.0001. 2012.

THORNTON, Patricia H.; OCASIO, William. Institutional Logics. *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*, v., nº, p. 99-127, Nov, 2008.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p. 433-466, set/dez. 2005.

VENUTO, Carolina Amaral. FAYET, Eduardo Alves. NAVARRO, Rodrigo. Cartilha de relações institucionais e governamentais da Abrig. *Diálogo, Ética e Transparência*. Brasília, DF. 2019.

W. RICHARD SCOTT. W. Richard SCOTT (1995), Institutions and Organizations. Ideas, Interests and Identities. *M@n@gement*, v. 17, n. 2, p. 136–140, 2014.

ZILBER, T. Institutional logics and institutional work: Should they be agreed? **Research in the Sociology of Organizations**, v. 39, p. 77-96, 2013.